Curso

DEFENSORES DA PAZ



"A FAMÍLIA, A SOCIEDADE E O ESTADO DEVEM ASSEGURAR, COM ABSOLUTA PRIORIDADE, O DIREITO À



VIDA, SAÚDE, ALIMENTAÇÃO, EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER, PROFISSIONALIZAÇÃO, CULTURA, DIGNIDADE, RESPEITO, LIBERDADE, CONVIVÊNCIA FAMILIAR, E COMUNITÁRIA."

ECA



ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (LEI 8.069/1990) QUE TRATA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

Conselho Tutelar

FUNÇÃO DE ZELAR PELO CUMPRIMENTO DOS DIREITOS

FORMADO POR MEMBROS ELEITOS PELA COMUNIDADE PARA MANDATOS DE 4 ANOS.

ATUA SOMENTE COM ACONSELHAMENTO.

* DENUNCIE DISQUE 100

DIREITO À LIBERDADE:

S.O.S

ART. 106 - LEI 8069/90

"NENHUM ADOLESCENTE SERÁ PRIVADO DE SUA LIBERDADE SENÃO EM FLAGRANTE DE ATO INFRACIONAL OU POR ORDEM ESCRITA POR AUTORIDADE JUDICIÁRIA."

O QUE DEVEMOS IMPEDIR?

- VIOLÊNCIA
- NEGLIGÊNCIA
- DISCRIMINAÇÃO
- EXPLORAÇÃO
- CRUELDADE

DE NUNCIE!!



Trabalho infantil:

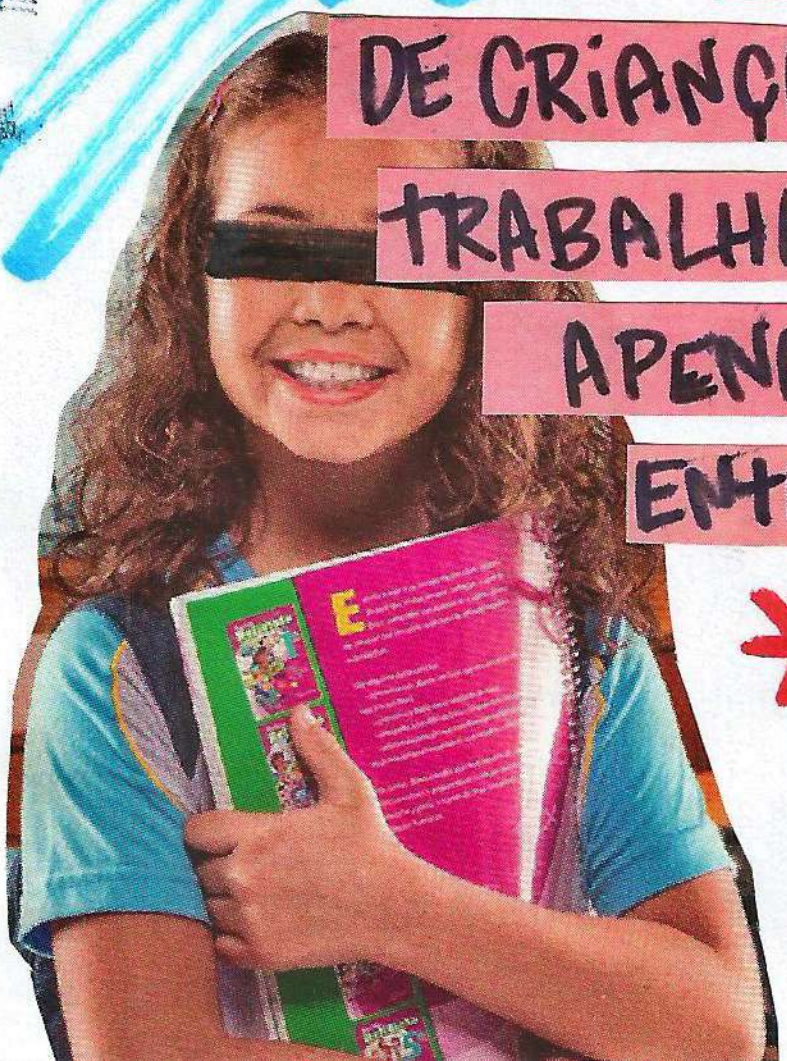
!!

O ECA PROÍBE QUALQUER FORMA DE TRABALHO ATÉ OS 13 ANOS DE IDADE!

2,4 mi

DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRABALHAM NO BRASIL.

APENAS 1,4 Mi ENTRE 14 E 17 ANOS.

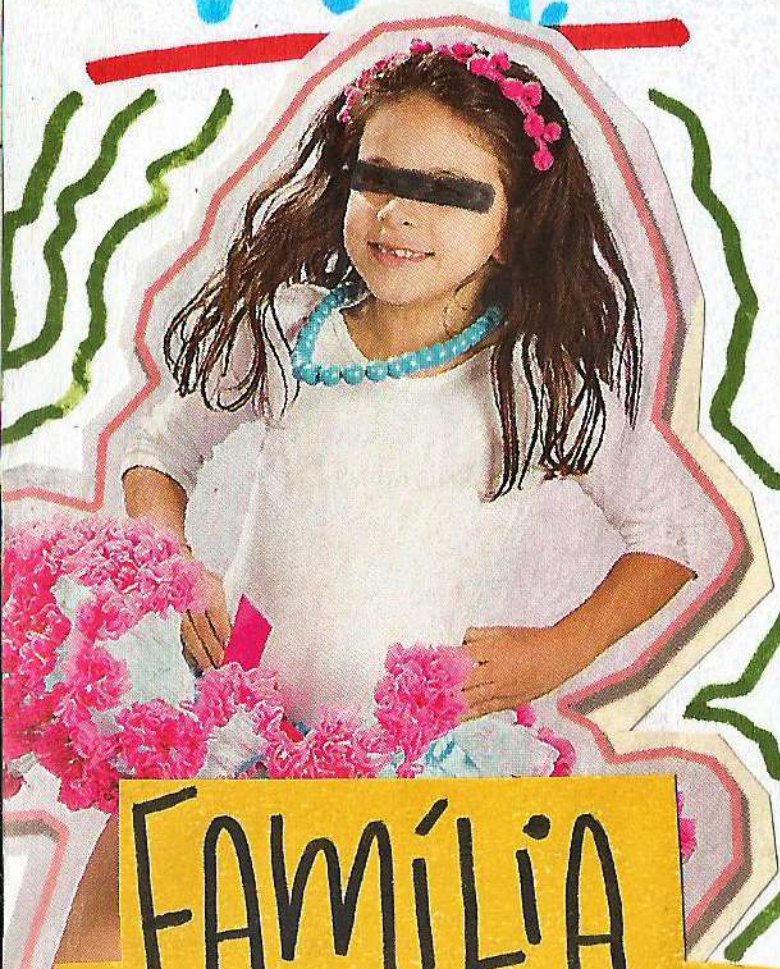


* maioria PRETOS E PARDOS


FIQUE ATENTO!
DENUNCIE! PROTEJA!
PROTEJA NOSSAS CRIANÇAS!

adoção:

NÃO HÁ PROBLEMA EM ENTREGAR UM MENOR PRA ADOÇÃO NEM PARA OUTRA PESSOA, PORÉM É PRECISO OFICIALIZAR LEGALMENTE TODO O PROCESSO.



FAMÍLIA ACOLHEDORA

UMA FAMÍLIA AVALIADA E HABILITADA PARA RECEBER CRIANÇAS TEMPORARIAMENTE ATRAVÉS DE UM AUXÍLIO DADO PELO ESTADO.

INSTITUTO FEDERAL
Fluminense
Campus
Macaé

Fanzinoteca
IFF Macaé

FANEDIÇÃO AUTORAL: KAROLLYNE FERNANDES CASTRO



CRC
Central de Relacionamento com o Cidadão

129 ou acesse:
http://www.defesoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line

OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

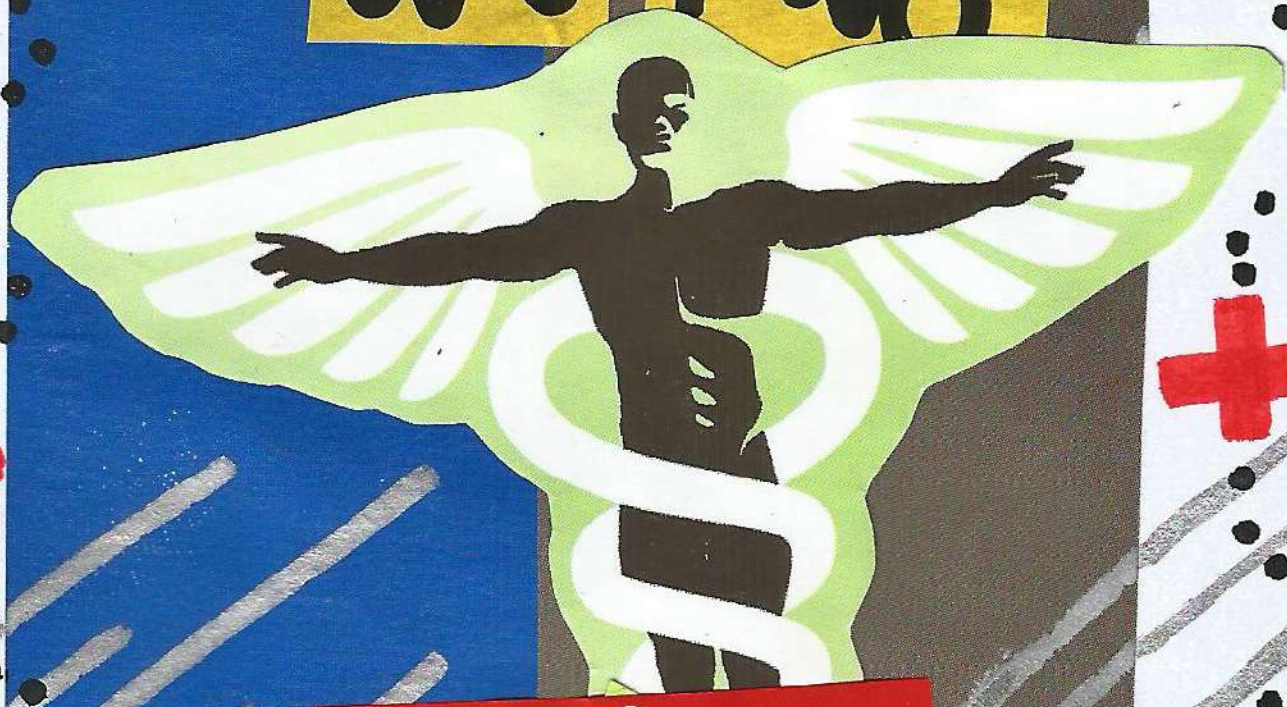
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CEJUR
Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública - RJ

Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

CURSO

Defensores da Paz

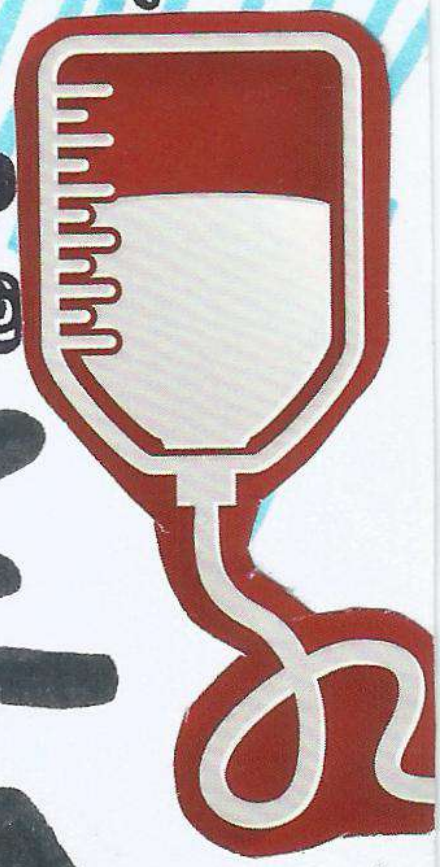


DIREITO À SAÚDE

saúde

PARA A OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE)

"SAÚDE É UM ESTADO DE BEM ESTAR FÍSICO, MENTAL E SOCIAL, NÃO CONSTITUINDO SOMENTE A AUSÊNCIA DE UMA DOENÇA OU ENFERMIDADE!"



direito humano

fundamental p/ manutenção da qualidade de vida

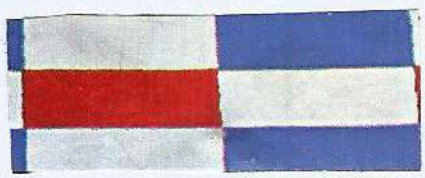
HISTÓRIA WWW

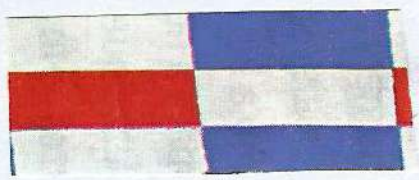
SAÚDE PÚBLICA

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 FOI O PRIMEIRO DOCUMENTO A COLOCAR O DIREITO À SAÚDE DEFINITIVAMENTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.

A SAÚDE PASSA A SER UM DIREITO DO CIDADÃO E UM DEVER DO ESTADO.

a constituição ainda determina que o sistema de saúde deve ser gratuito de qualidade e universal, acessível a todos os brasileiros.





Caminhos em busca de soluções

SUS

PREVENÇÃO
TRATAMENTO
REABILITAÇÃO

Sistema único de saúde, um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo.

CARTÃO DO SUS:

documento que ajuda no controle dos procedimentos feitos e permite a existência de um histórico do paciente ajudando os médicos.

Como FAZER?

IR ATÉ UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COM CPF, RG E COMPROVANTE DE END. O CARTÃO FICA PRONTO NA HORA!

++ n

(TODOS DEVEM TER)

Conselho Municipal de saúde:

a atuação do conselho municipal garante a inclusão direta da população.

UM DOS PRINCÍPIOS MAIS IMPORTANTES DO SUS É A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS E DO ANDAMENTO DOS TRABALHOS REALIZADOS.

ORGÃOS COLEGIADOS DE CARÁTER DELIBERATIVO, FORMADOS POR PRESTADORES DE SERVIÇO, REPRESENTANTES DO GOVERNO, PROFISSIONAIS DA SAÚDE E TAMBÉM USUÁRIOS (POPULAÇÃO).

DEVERES:

- Se reunir ao menos 1 vez por mês
- fiscalização de verbas e repasses
- monitorar a execução de ações.
- formulação de metas.

SUAS

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



"Estendo a mão para elevar e mão para sustentá-lo."

PARA TODOS OS CIDADÃOS!

É DEVER DO ESTADO!!

ASSISTÊNCIA SOCIAL:

POLÍTICA NÃO CONTRIBUTIVA. VISA GARANTIR O ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO QUE VIVENCIA SITUAÇÃO DE RISCO, POBREZA E/OU VULNERABILIDADE SOCIAL.

BUSQUE O CRAS: CENTRO DE REF. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

↳ serviços de proteção básica às famílias e pessoas em situação vulnerável.

!!!

LOAS:

Benefício que garante o direito da pessoa idosa e portadora de necessidades especiais.

QUEM PODE RECEBER?

idosos com + 65 em estado de pobreza / necessidade.

portador de deficiência (qualquer natureza) que não consegue participar da sociedade como os demais e em estado de pobreza / necessidade.

* INSCRIÇÃO NO CADASTRO ÚNICO É REQUISITO OBRIGATÓRIO.



INSTITUTO FEDERAL
Fluminense
Campus
Macaé

Fanzinoteca
IFF Macaé

FANEDIÇÃO AUTORAL: KAROLLYNE FERNANDES CASTRO



CRC
Central de Relacionamento com o Cidadão

129 ou acesse:
http://www.defesoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line

OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CEJUR
Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública - RJ

Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

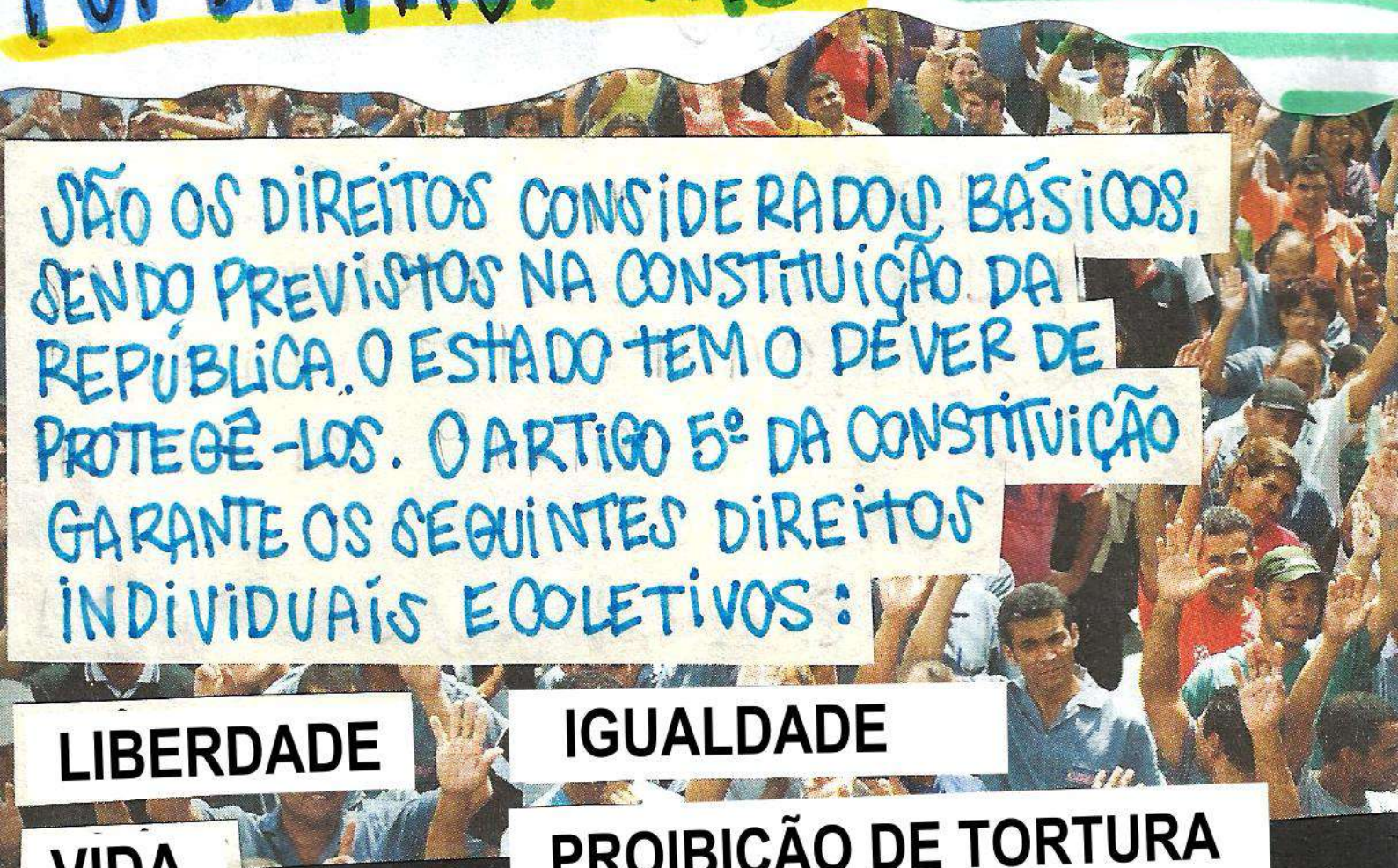
Curso

DEFENSORES DA PAZ



DIREITOS FUNDAMENTAIS & Sistema de justiça

DIREITOS FUNDAMENTAIS:



SÃO OS DIREITOS CONSIDERADOS BÁSICOS, SENDO PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. O ESTADO TEM O DEVER DE PROTEGÊ-LOS. O ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO GARANTE OS SEGUINTES DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS:

- LIBERDADE
- IGUALDADE
- VIDA
- PROIBIÇÃO DE TORTURA
- SEGURANÇA
- LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO, PENSAMENTO CRENÇA E CULTO
- ACESSO À INFORMAÇÃO
- VEDAÇÃO A PENADE MORTE
- ACESSO A JUSTIÇA

AINDA HÁ NA CONSTITUIÇÃO OS DIREITOS SOCIAIS, QUE DIZEM RESPEITO À EDUCAÇÃO, ALIMENTAÇÃO, TRABALHO, MORADIA, TRANSPORTE, LAZER, SEGURANÇA, PREVIDÊNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E ASSISTÊNCIA AOS DESAMPARADOS (ART 6º À 11º)



OS DIREITOS DE NACIONALIDADE SÃO DESTACADOS NOS ARTIGOS 12 E 13. OS DIREITOS POLÍTICOS NOS ARTIGOS 14 À 16, MUITO IMPORTANTES NA DEFINIÇÃO DOS RUMOS DO PAÍS.

Sistema de Justiça

PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988, A JUSTIÇA É DIVIDIDA EM 3 PODERES. O LEGISLATIVO, QUE TEM COMO PRINCIPAL FUNÇÃO ELABORAR LEIS. O EXECUTIVO QUE É ENCARREGADO DE EXECUTAR ESSAS LEIS E PROPOR NORMAS NA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO. E POR FIM O JUDICIÁRIO, QUE GARANTE O EQUILÍBRIO ENTRE OS OUTROS PODERES, JULGANDO O CUMPRIMENTO DAS LEIS.

"Os 3 poderes são independentes e harmônicos entre si."

PODER JUDICIÁRIO

É COMPOSTO PELOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

I - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

II - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

III - TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS

IV - TRIBUNAIS E JUÍZES DE TRABALHO.

V - TRIBUNAIS E JUÍZES DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.

Cabe ao STF, o papel de guardião da constituição julgando questões relacionadas a ela.

O STF é o tribunal mais alto (última instância) o que ele decide é feito.

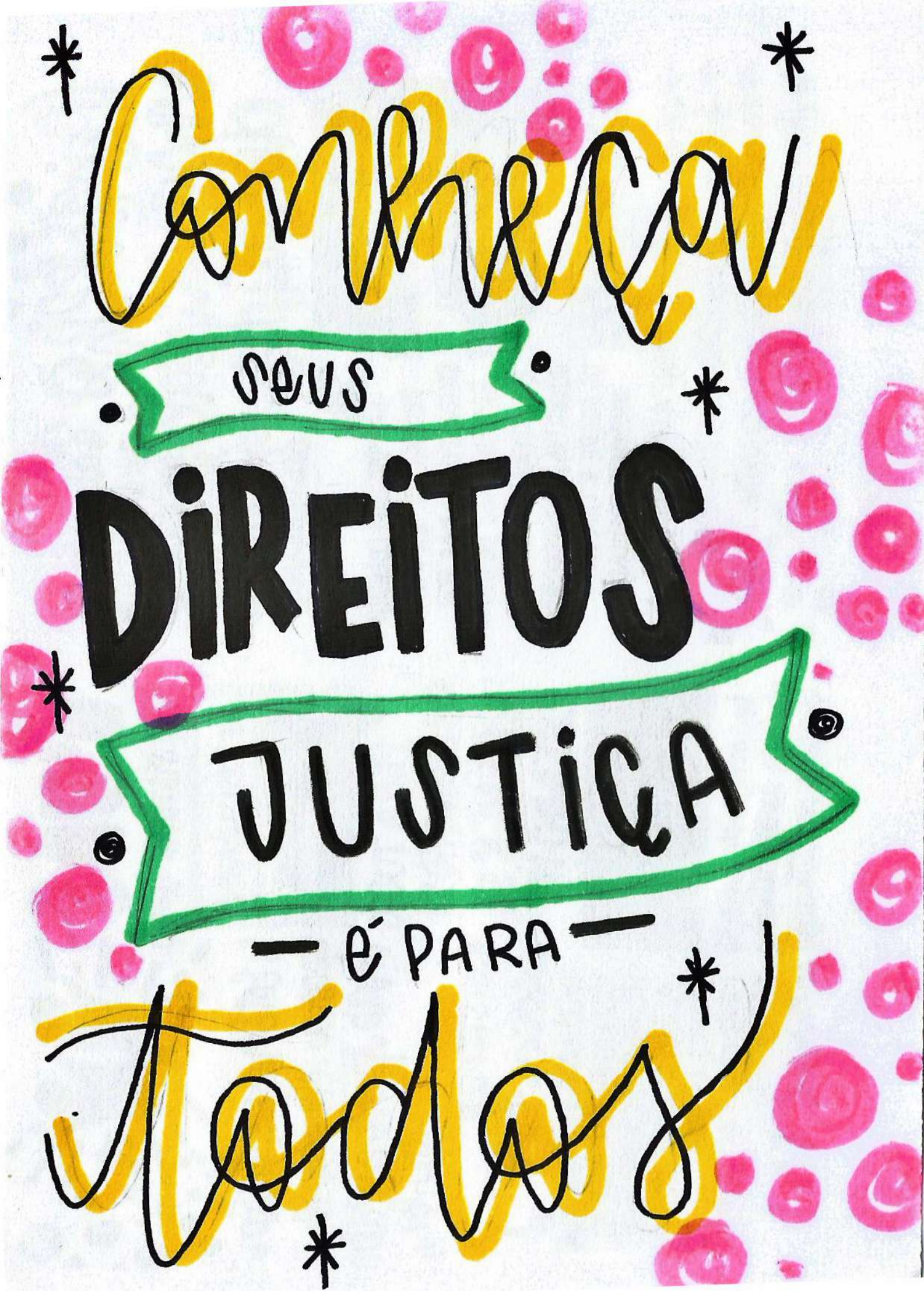
DEFENSORIA PÚBLICA:

INSTITUIÇÃO PERMANENTE TENDO ATRIBUIÇÃO A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS COLETIVOS E INDIVIDUAIS, DE FORMA GRATUITA AOS NECESSITADOS.

MINISTÉRIO PÚBLICO:

INSTITUIÇÃO PERMANENTE E INDEPENDENTE DOS 3 PODERES. TRABALHA NA DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS INDISPONÍVEIS.

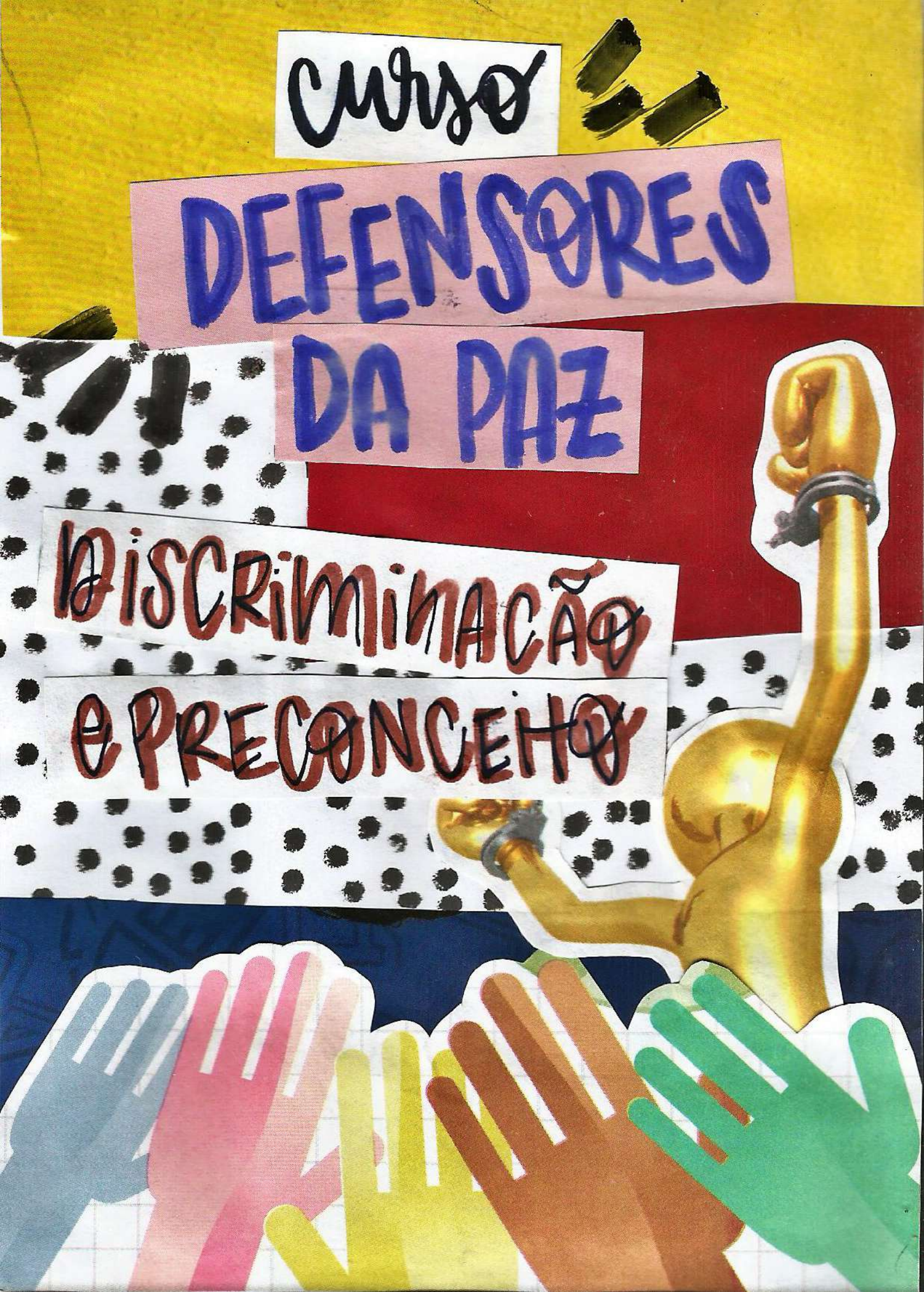
JÁ A **ADVOCACIA PÚBLICA** REPRESENTA E ASSESSORA OS INTERESSES DO ESTADO.


Conheça
seus
DIREITOS
JUSTIÇA
— É PARA —
todos

Curso

DEFENSORES DA PAZ

DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO



PRECONCEITO:

opinião pré conce bida sobre deter minada grupo ou pessoa sem qualquer razão ou informação antecedente.

RACISMO É A CRENÇA DE QUE UMA RAÇA É SUPERIOR OU MELHOR QUE OUTRAS.

DISCRIMINAÇÃO: CONDUTA TOMADA A PARTIR DO PRECONCEITO OU RACIS MO. ONDE A PESSOA RECEBE TRA TAMENTO ESPECÍFICO APENAS POR PERTENCER A UM DIFERENTE GRUPO CATEGORIA OU CLASSE.



NEGROS NA SOCIEDADE BRASILEIRA:

- DOS 13 MILHÕES DE BRASILEIROS DESEMPREGADOS, NESTE ANO, 63,7% (8,3 milhões) SÃO PRETOS OU PARDOS.

(IBGE, 2020)

- A CADA 10 PESSOAS MORTAS NO BRASIL, 7 SÃO NEGRAS!

(CONTAGEM)



- PRETOS E PARDOS RECEBEM EM MÉDIA R$1516,00 ENQUANTO BRANCOS RECEBEM EM MÉDIA R$2.615,00.

(IBGE, 2018)



IGUALDADE É UM DIREITO CONSTITUCIONAL (ART 5º)

DISCRIMINAÇÃO TRANSFÓBICA:

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO, CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. PODE CONFIGURAR CRIME E DEVE SER DENUNCIADA NA DELEGACIA.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA:



É QUANDO UMA PESSOA NÃO ACEITA A RELIGIÃO OU CRENÇA DE OUTRO INDIVÍDUO.

PODE SE MANIFESTAR EM PIADAS, AGRESSÕES VERBAIS E FÍSICAS, ATAQUES AOS LOCAIS DE CULTO E ATÉ ASSASSINATO.

Denuncie!

BOLETIM DE OCORRÊNCIA NA DELEGACIA.

PROCURAR A DEFENSORIA PÚBLICA

PROPOR AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS (REPARAÇÃO DE DANOS).


SEM
Respeito
NÃO HÁ
convívio

DE OLHO NO FUTURO!



"NINGUÉM NASCE ODIANDO OUTRA PESSOA POR SUA COR DE PELE OU POR SUA RELIGIÃO. PARA ODIAR, AS PESSOAS PRECISAM APRENDER, E SE PODEM APRENDER A ODIAR, PODEM SER ENSINADAS A AMAR."

(NELSON MANDELA)

INSTITUTO FEDERAL
Fluminense
Campus
Macaé

Fanzinoteca
IFF Macaé

FANEDIÇÃO AUTORAL: KAROLLYNE FERNANDES CASTRO



CRC
Central de Relacionamento com o Cidadão

129 ou acesse:
http://www.defesoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line

OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

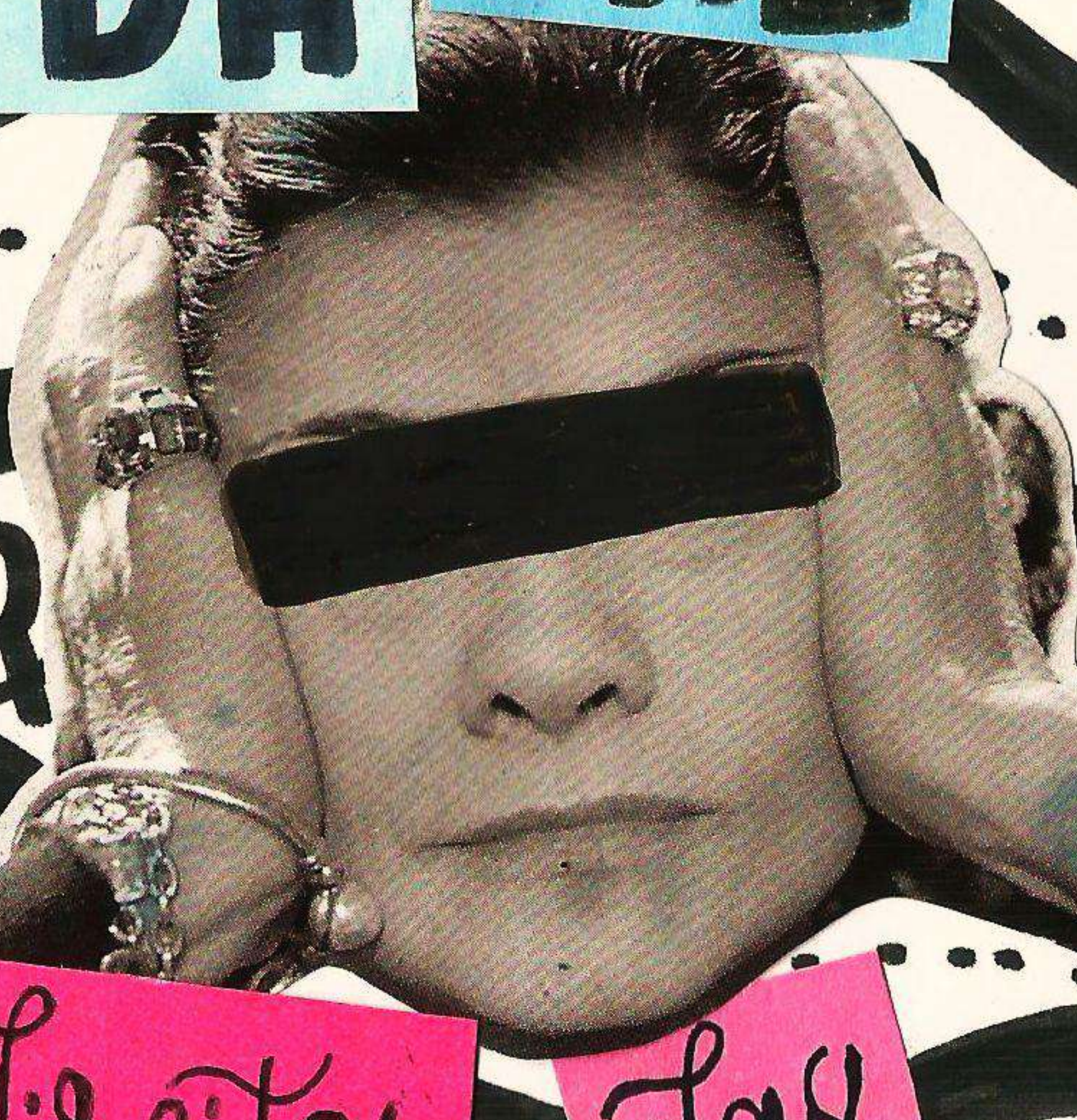
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CEJUR
Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública - RJ

Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

curso

DEFENSORES DA PAZ



direitos das mulheres

HISTÓRIA

DIREITOS DAS MULHERES

O VOTO FEMININO SÓ APARECEU NA LEI EM 1932

ATÉ 1962, MULHERES CASADAS PRECISAVAM DE AUTORIZAÇÃO DO MARIDO PRA TRABALHAR FORA...

O CÓDIGO CIVIL DE 1916 TAMBÉM IMPEDIA MULHERES CASADAS DE ABRIR CONTA NO BANCO, TER ESTABELECIMENTO COMERCIAL, OU MESMO VIAJAR SEM PERMISSÃO DO MARIDO...

FOI SÓ COM A CONSTITUIÇÃO DE 1988 QUE FICOU EXPRESSA A IGUALDADE DE DIREITOS E DEVERES ENTRE MULHERES E HOMENS.

AVANÇAMOS AVANÇOS NA LEI, MAS A LUTA CONTINUA!

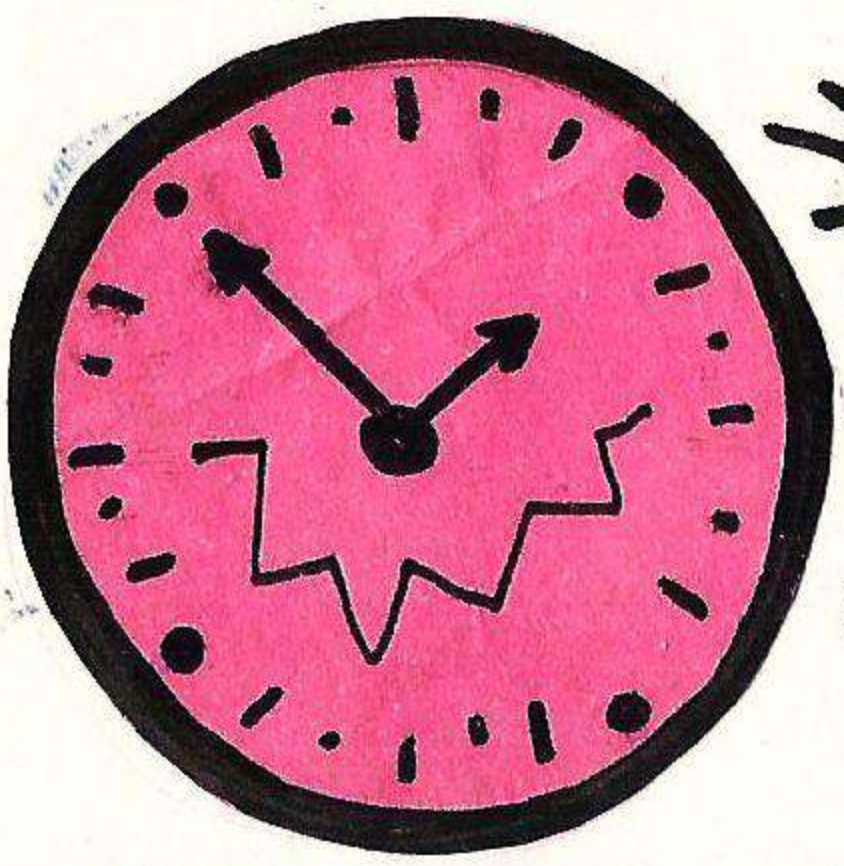
Contra dados não há argumentos



→ A CADA 7.2 SEGUNDOS UMA MULHER É VÍTIMA DE VIOLÊNCIA FÍSICA

→ O BRASIL REGISTROU 1 ESTUPRO A CADA 11 MINUTOS EM 2015.

→ EM 2015, A CENTRAL DE ATENDIMENTO A MULHER REALIZOU 749 024 ATENDIMENTOS



Relógios da violência

Site criado pelo Instituto Maria da Penha

LEI MARIA DA PENHA!!!

- ESTABELECE COMO CRIME TODO CASO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

OBS: TODOS QUE SÃO MULHERES EM RAZÃO DO GÊNERO OU SE CONSIDERAM MULHERES **ART.5º** PODEM SER AMPARADOS PELA LEI MARIA DA PENHA.

VIOLÊNCIA DOMESTICA:

aquela que ocorre entre ir mãos, cônjuges ou companheiros ou que moram sobo mesmo teto.

FORMAS DE VIOLÊNCIA:

MORAL: CALÚNIA, INJURIA, DIFAMAÇÃO (EX: INVENTAR MENTIRAS)

FÍSICA: ATO QUE AMEACE/PREJUDIQUE A INTEGRIDADE DO CORPO DA MULHER.

PSICOLÓGICA: DANO À AUTOESTIMA, À IDENTIDADE OU DESENVOLVIMENTO (ISOLAR, HUMILHAR)

PATRIMONIAL: RETER, SUBTRAIR, DESTRUIR PARCIAL OU TOTALMENTE BENS MATERIAIS, NÃO DEIXAR TRABALHAR.

SEXUAL: PRESSIONAR, EXIGIR PRÁTICAS QUE VOCÊ NÃO GOSTA, SEXO SEM CONSENTIMENTO FORÇAR ABORTO, NEGAR USO DE CONTRACEPTIVO



Lei Maria da Penha garante:

- AUXÍLIO EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
- ESCOLTA E TRANSPORTE A LOCAIS SEGUROS
- PRISÃO PREVENTIVA DO ACUSADO SE NECESSÁRIO.
- GARANTIA DE PROTEÇÃO POLICIAL
- EXAME DE CORPO DE DELITO
- ESTIPULAÇÃO DE DISTÂNCIA ENTRE VÍTIMA E ACUSADO.



PEÇA AJUDA OU AJUDE!

DISQUE 180!

CEAM: centros especializados de atendimento às mulheres

→ acolhimento e atendimento além de acompanhamento!

procure ajuda mesmo se não quiser denunciar!

DEFENSORIA PÚBLICA
DISQUE 129



MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA:

- → suspensão do porte de arma
- → prestação de alimentos
- → proibição de contato
- → é possível pedir MP sem abrir processo
- → descumprimento de MP é crime inafiançável

!!

INSTITUTO FEDERAL
Fluminense
Campus
Macaé

Fanzinoteca
IFF Macaé

FANEDIÇÃO AUTORAL: KAROLLYNE FERNANDES CASTRO



CRC
Central de Relacionamento com o Cidadão

129 ou acesse:
http://www.defesoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line

OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

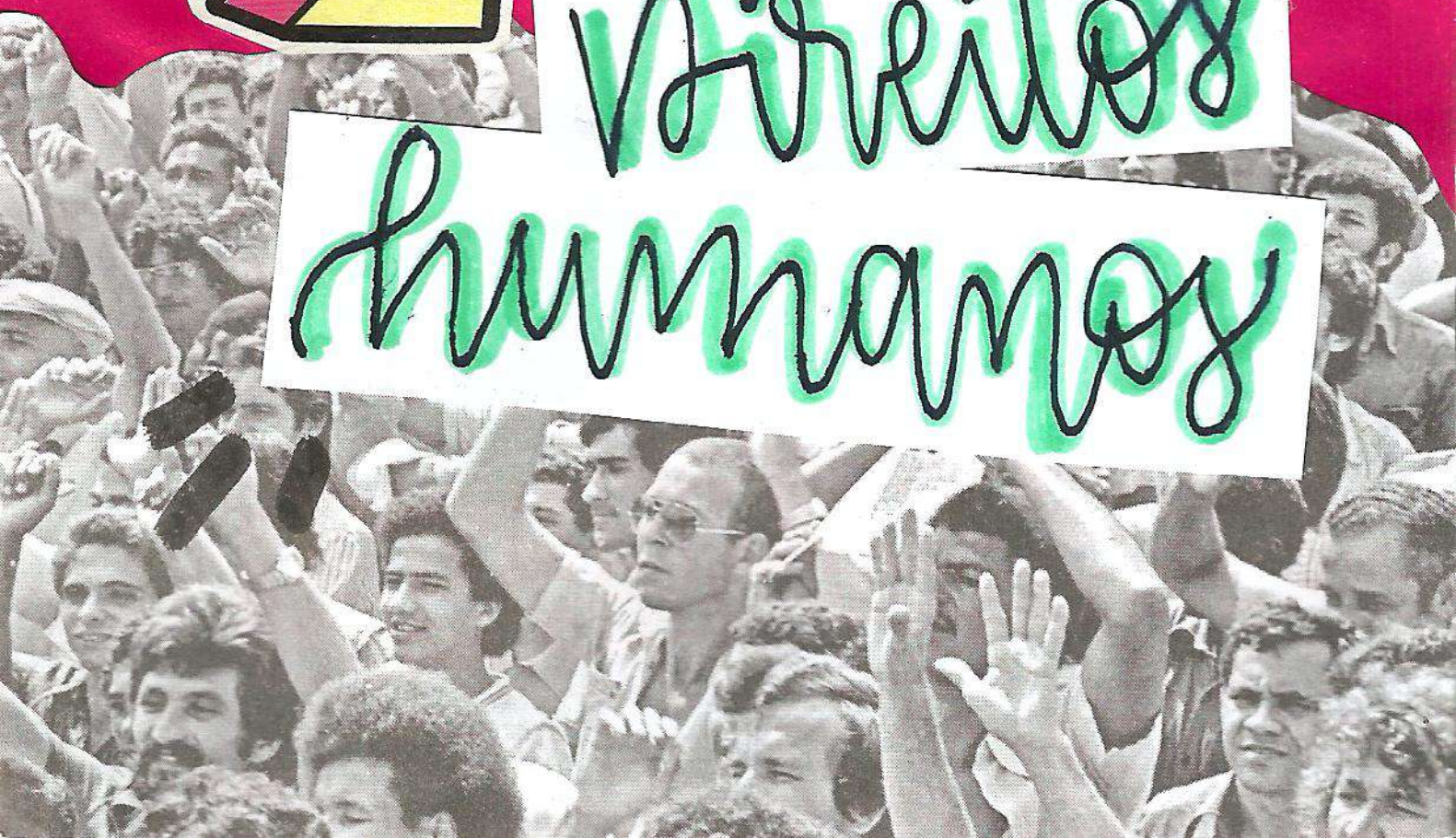
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CEJUR
Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública - RJ

Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Curso DEFENSORES DA PAZ

Direitos humanos





O QUE SÃO?

OS DIREITOS HUMANOS SÃO DIREITOS QUE TODA PESSOA POSSUI, INDEPENDENTE DE RAÇA, SEXO, NACIONALIDADE, ETNIA IDIOMA, RELIGIÃO OU QUALQUER OUTRA CONDIÇÃO.

Cada indivíduo é um ser moral e racional que merece ser tratado com dignidade, além disso esses direitos são universais!

SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), OS DIREITOS HUMANOS SÃO "GARANTIAS JURÍDICAS UNIVERSAIS QUE PROTEGEM INDIVÍDUOS E GRUPOS CONTRA AÇÕES OU EMISSÕES DOS GOVERNOS QUE ATENTEM CONTRA A DIGNIDADE HUMANA."

AINDA HOJE OS DIREITOS HUMANOS SÃO DESRESPEITADOS EM TODAS AS REGIÕES DO MUNDO. **NINGUÉM** PODE TIRAR ESSES DIRETTOS, A VIOLAÇÃO DOS DIRETTOS HUMANOS CONSTITUI **ATO ILÍCITO INTERNACIONAL**. POR ISSO LUTAMOS POR **REPARAÇÃO JUSTIÇA** E **RESPEITO** PARA TODOS QUE SE VEEM AMEAÇADOS OU VIOLADOS.

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ALGUNS DIREITOS UNIVERSAIS AINDA SÃO CONSTANTEMENTE VIOLADOS:

(ART3) direito à vida / (ART4) nenhuma escravidão / (ART5) nenhuma tortura / (ART13) liberdade de locomoção / (ART18) liberdade de pensamento / (ART19) liberdade de expressão / (ART21) direito à democracia.

NOSSO DEVER É TRANFORMAR OS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS EM REALIDADE, PARA QUE PESSOAS E COMUNIDADES VEJAM UMA DIFERENÇA REAL EM SUAS VIDAS.„

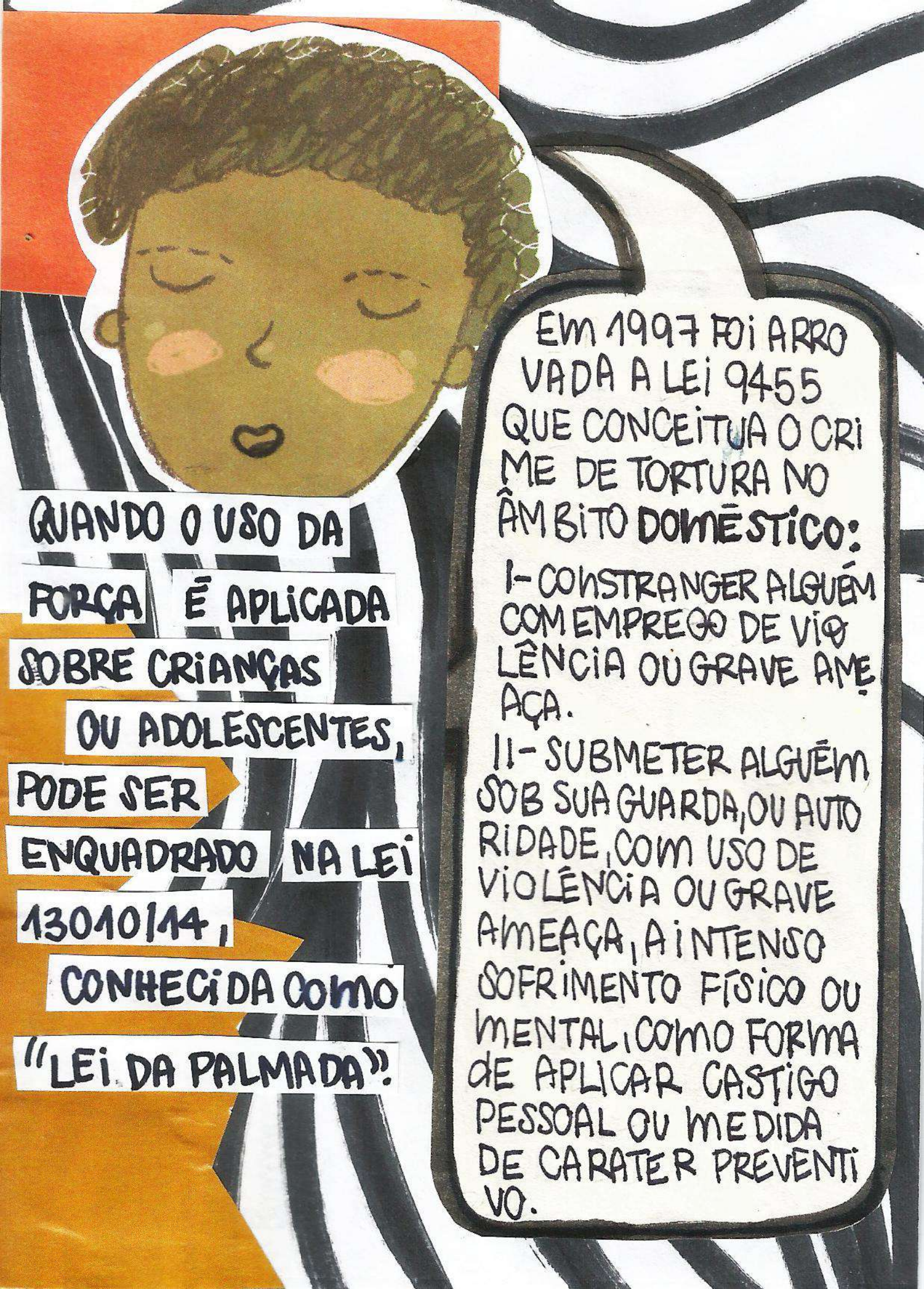
COMBATE À TORTURA

ART 5. :

"Ninguém será submetido a tortura, nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes."



A constituição considera crime inafiançável e impassível de anistia. Assegura aos presos o respeito à integridade física e moral e garante a assistência jurídica integral e gratuita aos hipos suficientes.


QUANDO O USO DA FORÇA É APLICADA SOBRE CRIANÇAS OU ADOLESCENTES, PODE SER ENQUADRADO NA LEI 13010/14, CONHECIDA COMO "LEI DA PALMADA".
EM 1997 FOI ARROVADA A LEI 9455 QUE CONCEITUA O CRIME DE TORTURA NO ÂMBITO DOMÉSTICO:
I- CONSTRANGER ALGUÉM COM EMPREGO DE VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA.
II- SUBMETER ALGUÉM SOB SUA GUARDA, OU AUTORIDADE, COM USO DE VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA, A INTENSO SOFRIMENTO FÍSICO OU MENTAL, COMO FORMA DE APLICAR CASTIGO PESSOAL OU MEDIDA DE CARATER PREVENTIVO.

PEÇA AJUDA!

Como mudar isso?

- Encoraje as vítimas a denunciar o crime e providenciar a devida documentação.

- Combater o uso excessivo da força!

AQUI TEM CONSCIENTIZAÇÃO



INSTITUTO FEDERAL
Fluminense
Campus
Macaé

Fanzinoteca
IFF Macaé

FANEDIÇÃO AUTORAL: KAROLLYNE FERNANDES CASTRO



CRC
Central de Relacionamento com o Cidadão

129 ou acesse:
http://www.defesoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line

OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

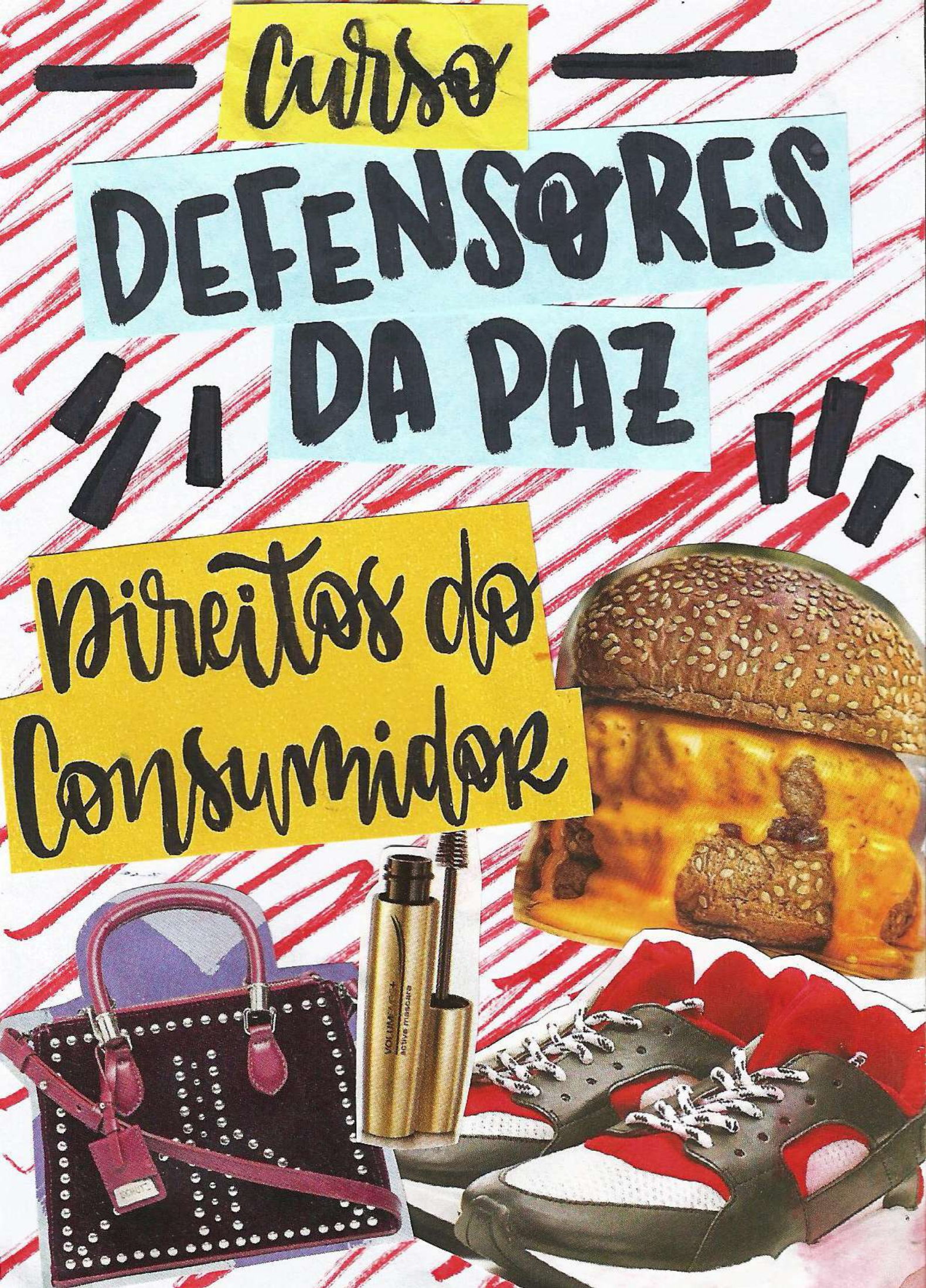
CEJUR
Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública - RJ

Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Curso

DEFENSORES DA PAZ

Direitos do Consumidor

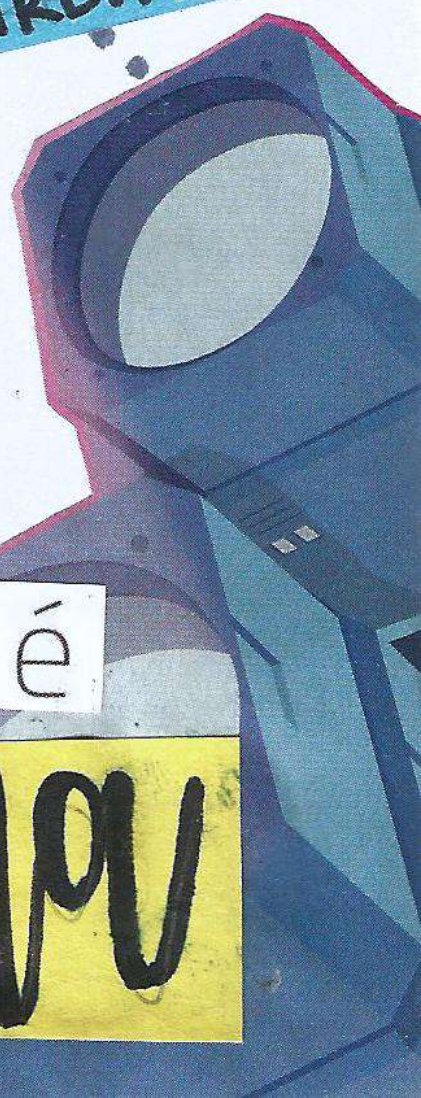


Código do Consumidor

O Código de Defesa do Consumidor é um conjunto de normas, que estabelece padrões de conduta, prazos e penalidades.

CONSULTE!
Conheça seus direitos!!!

↳ Visa proteger os direitos do consumidor, além de disciplinar as relações entre fornecedor e consumidor final.



A informação é a melhor **arma**

FORNECEDOR ✕ CONSUMIDOR

toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira que produz, distribui, comercializa produtos ou serviços.

quem adquire o produto ou serviço como destinatário final, seja pessoa física ou empresa.

* SERVIÇO É QUALQUER ATIVIDADE FORNECIDA NO MERCADO DE CONSUMO, MEDIANTE REMUNERAÇÃO

VOCÊ SABIA?!!!

- tudo que é comprado pela internet pode ser trocado e devolvido em até 7 dias.

↳ ART 49 DO CDC

- Em caso de desastre natural, você pode cancelar uma viagem e pedir reembolso.

↳ ART 4 DO CDC

Seu nome deve ser limpo até cinco dias após o pagamento da dívida.

↳ ART. 43 DO CDC

O estacionamento é sempre responsável pelos veículos, enquanto o cliente está no local!

↳ ART. 14 DO CDC

Busque seus



direitos!!

Justiça à

seu dispor!

ONDE RECLAMAR?

PROCON:

ÓRGÃO MUNICIPAL DESTINADO À PROTEÇÃO DOS DIREITOS E INTERESSES DO CONSUMIDOR.
ORIENTA E AGE COMO MEDIADOR EM CONFLITOS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO E FISCALIZA TAIS RELAÇÕES.

PROMOVE ACORDOS ENTRE CONSUMIDOR E FORNECEDOR PARA QUESTÕES MAIS SIMPLES.

CONSUMIDOR.GOV.BR:

PLATAFORMA DO GOVERNO PARA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ONLINE.
É MONITORADA PELO PROCON.
RECLAMAÇÕES FEITAS DIRETAMENTE COM AS MARCAS.

JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS:

ORGÃO DO PODER JUDICIÁRIO, INDICADOS PARA CONFLITOS QUE NÃO SÃO TÃO SIMPLES, POR EXEMPLO QUANDO ENVOLVEM INDENIZAÇÕES (DE ATÉ 40 SALÁRIOS)

- NÃO HÁ NECESSIDADE DE ADVOGADO.

CASO NÃO HAJA ACORDO, A CAUSA SERÁ JULGADA POR UM JUÍZ.

Pequenas Causas:

- COBRANÇAS DE DÍVIDAS
- CONFLITOS ENTRE VIZINHOS DE COND.
- ASSUNTOS DE TRÂNSITO
- DIREITOS DO CONSUMIDOR

INSTITUTO FEDERAL
Fluminense
Campus
Macaé

Fanzinoteca
IFF Macaé

FANEDIÇÃO AUTORAL: KAROLLYNE FERNANDES CASTRO



CRC
Central de Relacionamento com o Cidadão

129 ou acesse:
http://www.defesoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line

OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

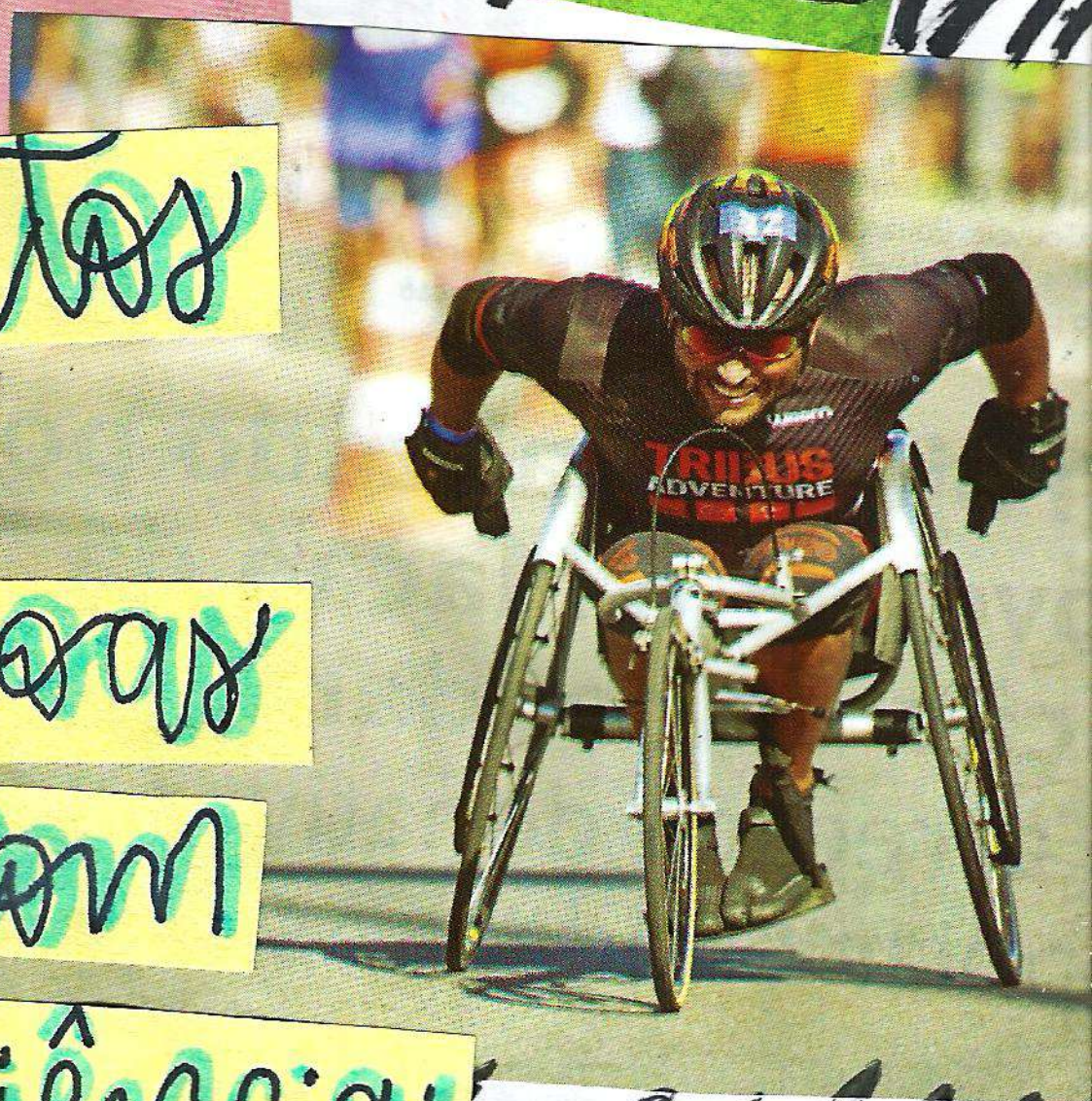
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CEJUR
Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública - RJ

Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Curso DEFENSORES DA PAZ

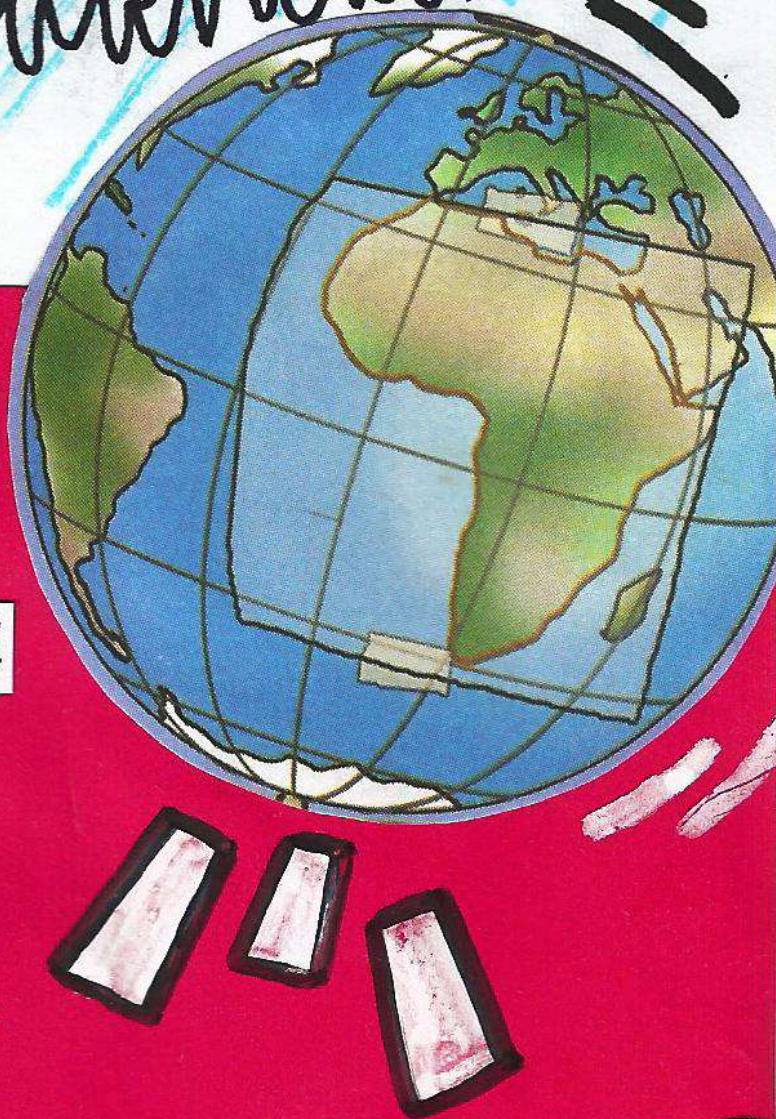
Direitos das pessoas com deficiência



Segundo o Censo 2010, o Brasil tem 45,6 milhões de pessoas com alguma deficiência.

O QUE REPRESENTA 23,9% DA POPULAÇÃO NACIONAL.

NO MUNDO SÃO MAIS DE 1 BILHÃO DE PESSOAS.



"ART. 2º CONSIDERA-SE PESSOA COM DEFICIÊNCIA AQUELA QUE TEM IMPEDIMENTO DE LONGO PRAZO DE NATUREZA FÍSICA, MENTAL, INTELECTUAL OU SENSORIAL, O QUAL, EM INTERAÇÃO COM UMA OU MAIS BARREIRAS, PODE OBSTRUIR SUA PARTICIPAÇÃO PLENA E EFETIVA NA SOCIEDADE EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES COM AS DEMAIS PESSOAS."

BARREIRAS NÃO SÃO SÓ AS FÍSICAS, PODEM SER ATITUDES OU COMPORTAMENTOS QUE LIMITAM OU IMPEDEM O ACESSO.

A DEFICIÊNCIA SÓ É IMPEDIMENTO ONDE NÃO HÁ ACESSIBILIDADE E FERRAMENTAS DE INCLUSÃO.

NOMENCLATURA:



O USO DO TERMO CORRETO É IMPORTANTE PARA AFASTAR ESTIGMAS E ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS, ALÉM DE REFORÇAR A AUTOESTIMA DAQUELES QUE SEMPRE FORAM EXCLUÍDOS ATÉ NO USO DA LINGUAGEM.

SENDO ASSIM, DESDE A APROVAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PELA ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU EM 2006, DEVEMOS USAR O TERMO

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

TOMADA DE DECISÃO APOIADA:



ART. 1.783-A:

PROCESSO PELO QUAL A PESSOA COM DEFICIÊNCIA ELEGE PELO MENOS 2 PESSOAS IDÔNEAS, COM AS QUAIS MANTENHA VÍNCULOS E QUE TENHAM SUA CONFIANÇA, PARA PRESTAR-LHE APOIO NA TOMADA DE DECISÃO SOBRE ATOS DA VIDA CIVIL FORNECENDO-LHES OS ELEMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA QUE POSSA EXERCER SUA CAPACIDADE.

eventuais divergências entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores podem ser decididas pelo judiciário

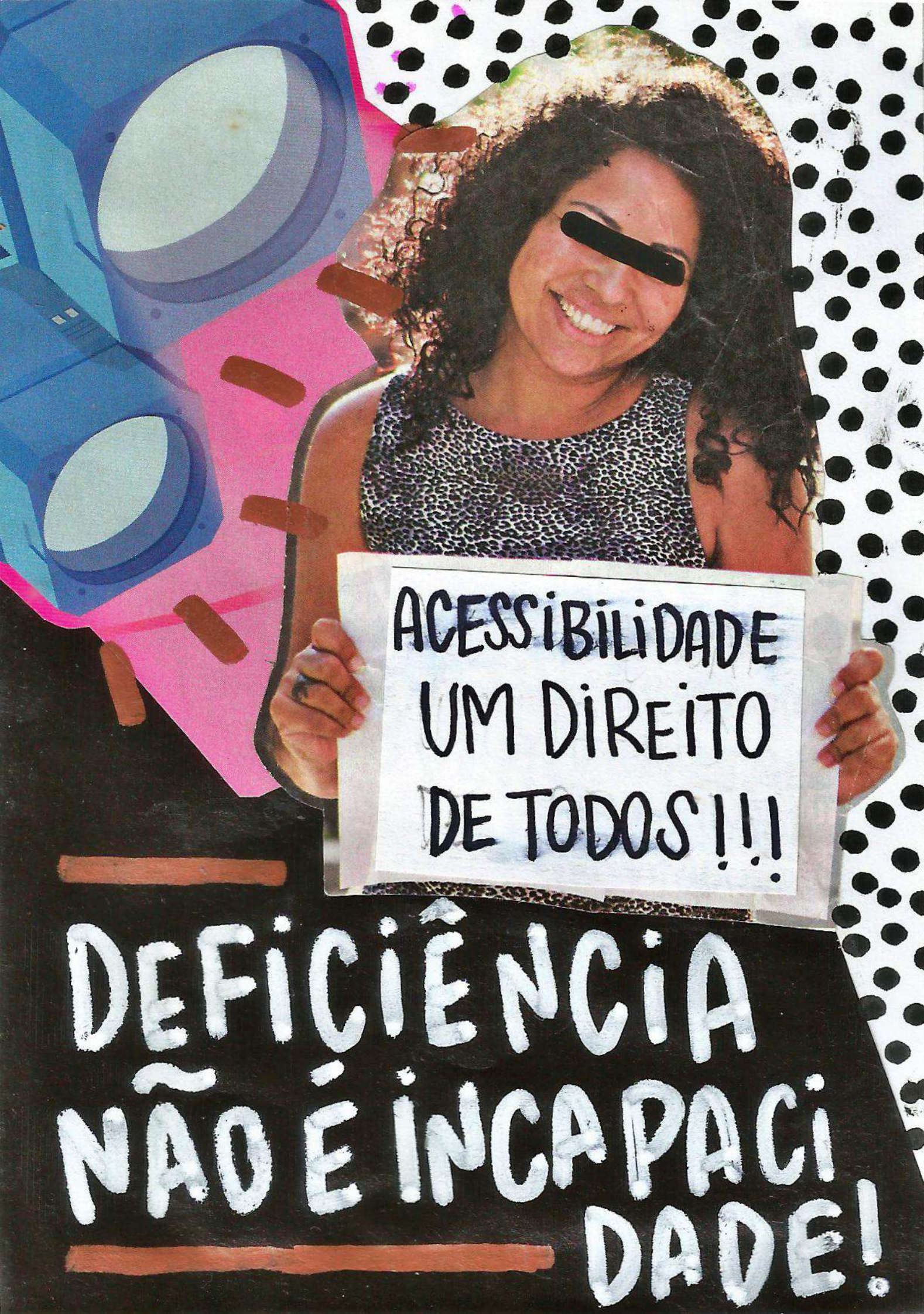
LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LBI)

↳ ORGANIZA EM UMA ÚNICA LEI DIREITOS QUE ESTAVAM DISPERSOS, DESTACA A PROTEÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA **COMO** UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS. (LEI Nº 13.146/15)

Curatela:

encargo imposto a uma pessoa natural para cuidar e proteger uma pessoa maior de idade que não pode se auto determinar patrimonialmente.

MEDIDA EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIA


ACESSIBILIDADE
UM DIREITO
DE TODOS!!!
DEFICIÊNCIA
NÃO É INCAPACI
DADE!

INSTITUTO FEDERAL
Fluminense
Campus
Macaé

Fanzinoteca
IFF Macaé

FANEDIÇÃO AUTORAL: KAROLLYNE FERNANDES CASTRO



CRC
Central de Relacionamento com o Cidadão

129 ou acesse:
http://www.defesoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line

OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

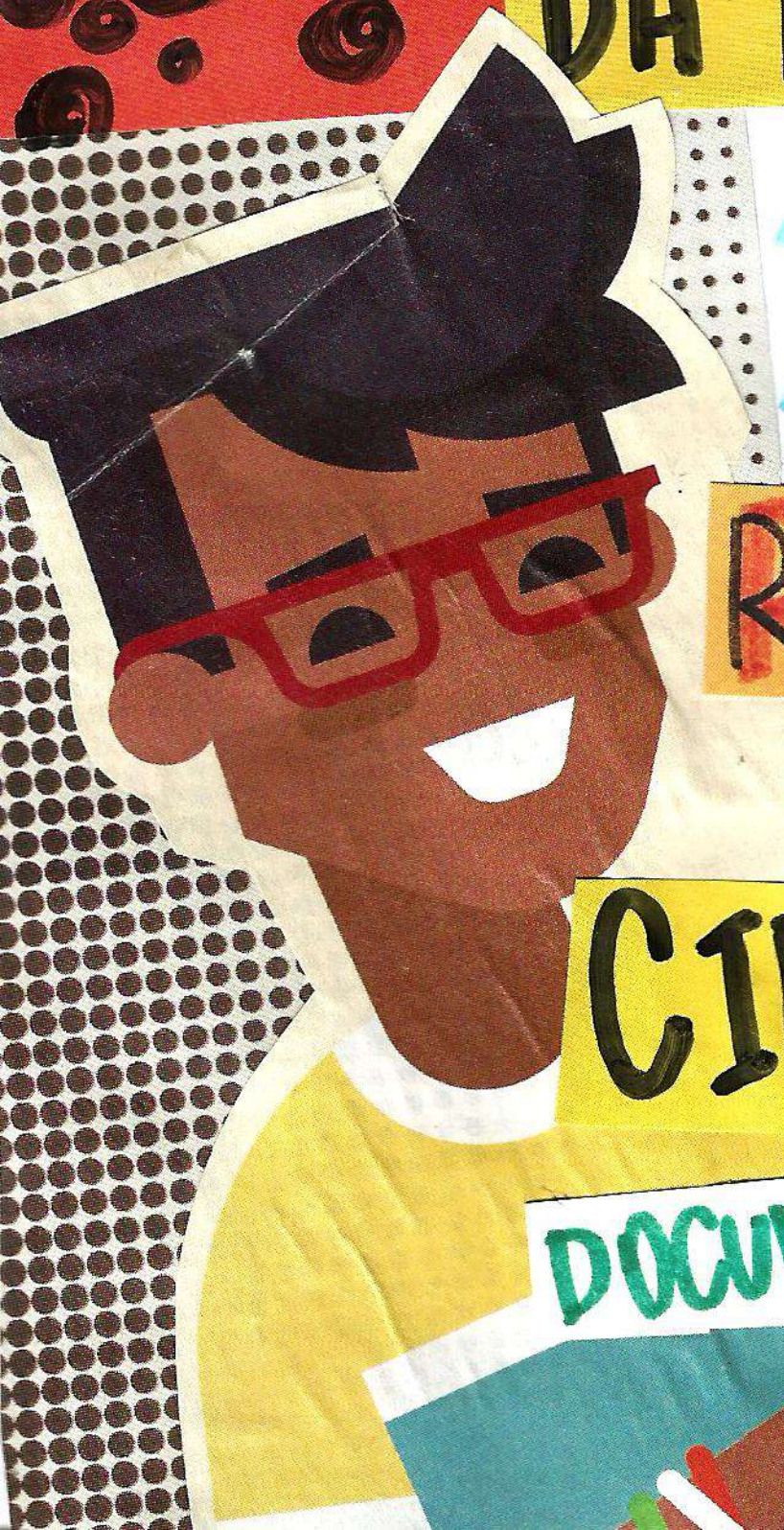
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CEJUR
Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública - RJ

Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Curso

DEFENSORES DA PAZ



REGISTRO CIVIL

CIDADANIA

1

DOCUMENTAÇÃO BÁSICA

O QUE É?

CIDADANIA É O CONJUNTO DE DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS ESTABELECIDOS OU NÃO PELA LEI. É O DEVER DO ESTADO PARA COM O CIDADÃO. EXERCER A CIDADANIA É EXIGIR A OBSERVÂNCIA DOS DIREITOS E ZELAR PARA QUE SEJAM RESPEITADOS.

SER CIDADÃO É PARTICIPAR COMO AGENTE ATUANTE DE UMA SOCIEDADE. É NÃO DEIXAR-SE OPRIMIR E NEM SE SUBJUGAR, ENCARAR O DESAFIO DE DEFENDER SEUS DIREITOS NA BUSCA DE UMA SOCIEDADE MAIS IGUALITÁRIA.

REGISTRO CIVIL:

O REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO É PRATICADO PELO REGISTRADOR CIVIL,

ASSIM COMO ÓBITOS, CASAMENTOS, EMANCIPAÇÕES, INTERDIÇÕES, ETC. A CERTIDÃO DE NASCIMENTO É EXPEDIDA APÓS O REGISTRO.



TANTO CERTIDÃO QUANTO REGISTRO SÃO GRATUITOS PELA LEI Nº 9.534/1997

O EXERCÍCIO DA CIDADANIA DEPENDE DO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO, ASSIM COMO DA OBTENÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO BÁSICA, JÁ QUE A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NÃO É POSSÍVEL SEM OS MESMOS.

DOCUMENTAÇÃO BÁSICA:



RG, CPF, TÍTULO DE ELEITOR, CERTIFICADO DE RESERVISTA, CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.

AS PESSOAS SEM REGISTRO NÃO PODEM VOTAR, NÃO PODEM TRABALHAR DE CARTEIRA ASSINADA, NÃO RECEBEM BENEFÍCIOS DO ESTADO, NÃO TEM ACESSO À SAÚDE, À EDUCAÇÃO, NÃO PODEM SE CASAR, NÃO PODEM REGISTRAR OS FILHOS, NEM SEQUER ENTERRAR COM DIGNIDADE.



TÍTULO DE ELEITOR: EMITIDO PELA ZONA ELEITORAL RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO DA PESSOA.

CPF: EMITIDO NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL OU DOS CORREIOS (7 REAIS). PODE SER REQUERIDO TAMBÉM ATRAVÉS DE PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIO ONLINE NO SITE DA RECEITA FEDERAL.

CARTEIRA DE TRABALHO E PRESIDÊNCIA SOCIAL (CTPS): EMITIDA PELA SUPERINTENDÊNCIA, GERÊNCIA OU AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO OU EM POSTOS DO SINE, SEM CUSTO.

CERTIFICADO DE RESERVISTA: SERVIÇO OBTIDO NA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR MAIS PRÓXIMA AO ENDEREÇO DO CIDADÃO REQUERENTE.

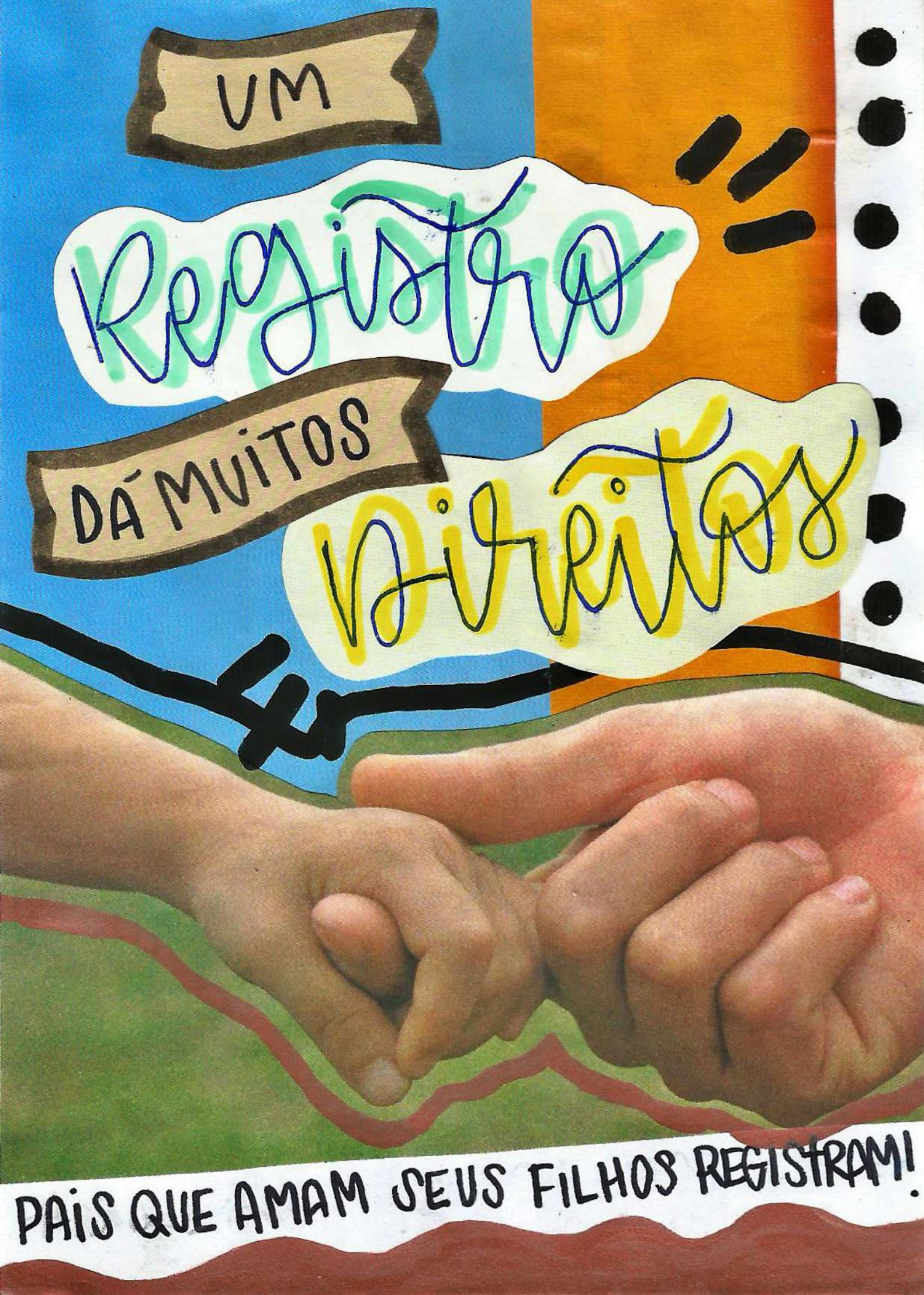
ONDE TER ACESSO:

DECLARAÇÃO DE NASCIDO: DEVE SER EMITIDA COM APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO COM FOTO DA MÃE. MAS PODE SER EMITIDA MESMO SEM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO.

CERTIDÃO DE NASCIMENTO: FEITO NO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DO LOCAL DE NASCIMENTO OU DA RESIDÊNCIA DO REGISTRANDO. AO FAZER O REGISTRO, É EXPEDIDA A CERTIDÃO.

* PRECISA DA DNV, CPF E RG DO DECLARANTE *

CARTEIRA DE IDENTIDADE: NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO É EMITIDA PELO DETRAN OU POSTOS CONVENIADOS. A PRIMEIRA VIA É SEM CUSTO. DE ACORDO COM O ART. 13 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, OS DESEMPREGADOS E OS QUE RECEBEM ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO ESTÃO ISENTOS DO PAGAMENTO DA TAXA DE SERVIÇO.


UM
Registro
DÁ MUITOS
Direitos
PAIS QUE AMAM SEUS FILHOS REGISTRAM!

INSTITUTO FEDERAL
Fluminense
Campus
Macaé

Fanzinoteca
IFF Macaé

FANEDIÇÃO AUTORAL: KAROLLYNE FERNANDES CASTRO



CRC
Central de Relacionamento com o Cidadão

129 ou acesse:
http://www.defesoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line

OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CEJUR
Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública - RJ

Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Curso Defensores da Paz



Direito Previdenciário



O QUE É?

O DIREITO PREVIDENCIÁRIO É GARANTIDO CONSTITUCIONALMENTE, SE TRATA DE UM LEQUE DE PROTEÇÃO SOCIAL AO TRABALHADOR OU PESSOA QUE NÃO TENHA CONDIÇÕES DE SUSTENTO PRÓPRIO.

O INSS GARANTE:

- APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
- AUXÍLIO DOENÇA
- PENSÃO POR MORTE URBANA
- PENSÃO POR MORTE
- AUXÍLIO ACIDENTE
- APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
- APOSENTADORIA POR IDADE
- SALÁRIO FAMÍLIA
- SALÁRIO MATERNIDADE
- AUXÍLIO RECLUSÃO



BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA:

TODO TRABALHADOR COM CARTEIRA ASSINADA É AUTOMATICAMENTE FILIADO À PREVIDÊNCIA SOCIAL.

QUEM TRABALHA POR CONTA PRÓPRIA PRECISA SE INSCREVER E CONTRIBUIR MENSALMENTE PARA TER ACESSO AOS BENEFÍCIOS.

OS BENEFICIÁRIOS SÃO OS SEGURADOS E SEUS DEPENDENTES!

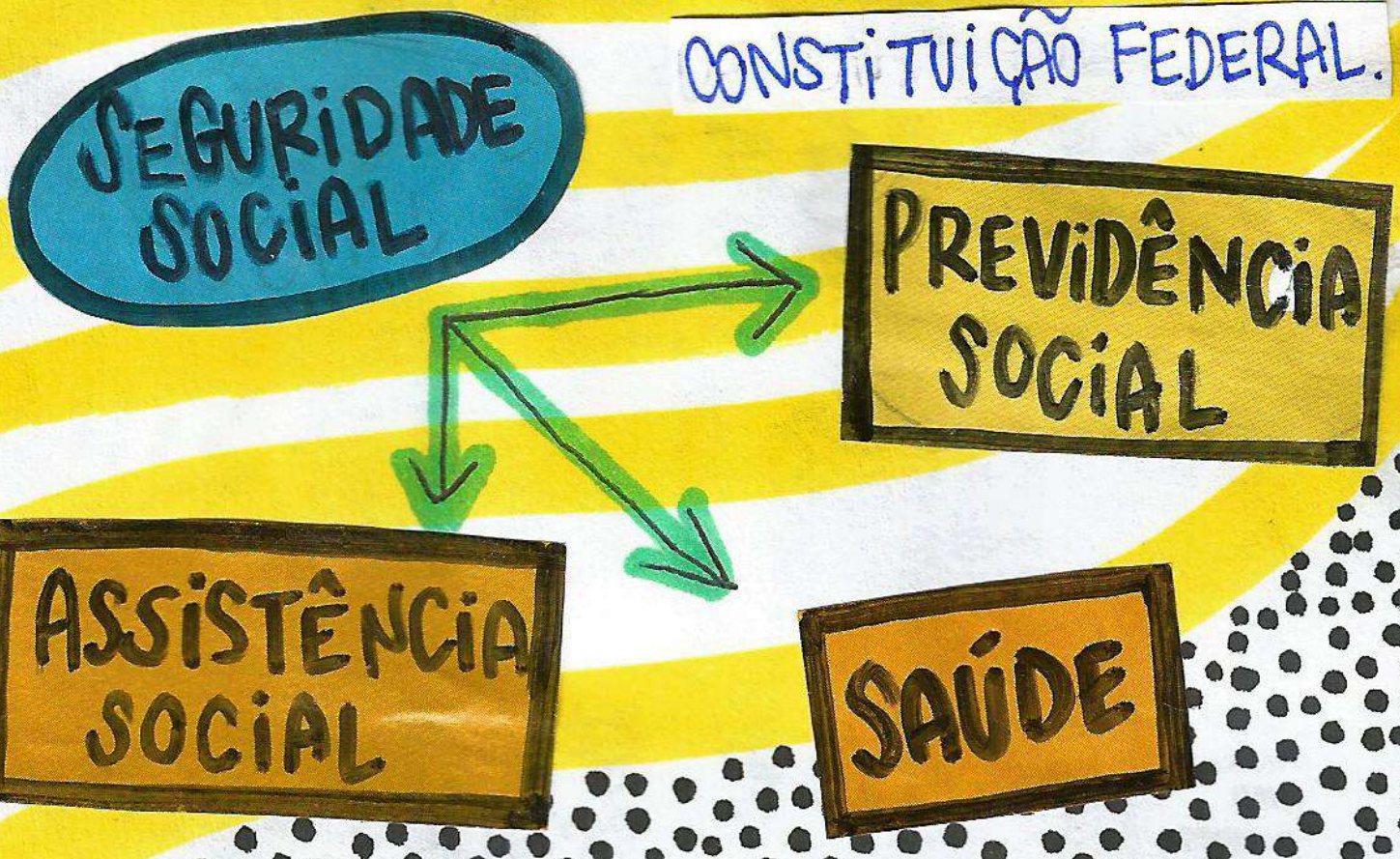
PARA SE FILIAR É PRECISO TER MAIS DE 16 ANOS

QUEM SE FILIA É CHAMADO SEGURADO!

SEGURIDADE SOCIAL:

A PREVIDÊNCIA É APENAS UM DOS DIREITOS GARANTIDOS PELA SEGURIDADE, AO LADO DA SAÚDE E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. (ART. 194 DA CONSTITUIÇÃO)

A SEGURIDADE É UMA DAS FORMAS DO ESTADO PROPORCIONAR O BEM ESTAR SOCIAL. MATERIALIZANDO O ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS NO ART. 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.




SEGURIDADE SOCIAL
PREVIDÊNCIA SOCIAL
DIREITO À SAÚDE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
SÓ PARA CONTRIBUINTES
PARA TODOS
SÓ PARA OS NECESSITADOS
INDEPENDE DE CONTRIBUIÇÃO

Saúde:

- ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO.
- DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO.
- INDEPENDE DE CONTRIBUIÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL

Assistência Social

- GARANTIDA APENAS ÀS PESSOAS CARENTES.
- INDEPENDE DE CONTRIBUIÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL.
- FINALIDADE DE PROVER O MÍNIMO DE GARANTIAS SOCIAIS.

LOAS:

O LOAS É UM BENEFÍCIO QUE GARANTE O PAGAMENTO DE UM SALÁRIO MÍNIMO MENSAL AO SEU TITULAR, DESDE QUE SEJA ÍDOSO (65 ANOS OU MAIS) OU DEFICIENTE E SE ENCONTRE EM SITUAÇÃO DE MISERABILIDADE

PARA TER DIREITO AO BENEFÍCIO NÃO É NECESSÁRIO TER CONTRIBUÍDO PARA A PREVIDÊNCIA.

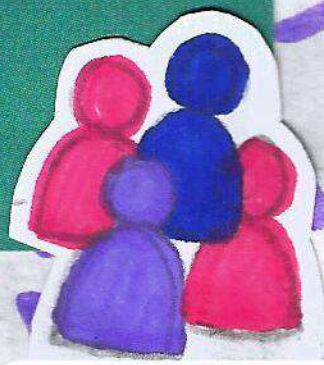


Cálculo da renda:



SOMA DA RENDA FAMILIAR





NÚMERO DE PESSOAS NA MESMA CASA



VALOR NÃO PODE PASSAR DE 1\4 DO SALARIO MÍNIMO

INSTITUTO FEDERAL
Fluminense
Campus
Macaé

Fanzinoteca
IFF Macaé

FANEDIÇÃO AUTORAL: KAROLLYNE FERNANDES CASTRO



CRC
Central de Relacionamento com o Cidadão

129 ou acesse:
http://www.defesoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line

OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CEJUR
Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública - RJ

Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Curso DEFENSORES DA PAZ



Direito à moradia

O DIREITO À MORADIA PROPRIAMENTE DITO PASSOU A SER UM DIREITO CONSTITUCIONAL NO ANO DE 2000, QUANDO A EC Nº 26 FOI INCORPORADA:

"ART 6. SÃO DIREITOS SOCIAIS A EDUCAÇÃO, SAÚDE, A ALIMENTAÇÃO, O TRABALHO, A MORADIA, O LAZER, A SEGURANÇA, A PREVIDÊNCIA SOCIAL, A PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA, A ASSISTÊNCIA AOS DESAMPARADOS, NA FORMA DESTA CONSTITUIÇÃO."

MORADIA DEVE SER ENTENDIDA COMO UM LUGAR SALUBRE COM CONDIÇÕES MÍNIMAS À SOBREVIVÊNCIA, COMO SANEAMENTO, COLETA DE LIXO, PAVIMENTAÇÃO E LUZ ELÉTRICA ALÉM DE SER SEGURO E ACESSÍVEL AOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

O DIREITO À MORADIA

É PARTE DO DIREITO A UM PADRÃO DE VIDA ADEQUADO. NÃO SE RESUME A APENAS UM TETO E QUATRO PAREDES, MAS O DIREITO DE TODA MULHER, HOMEM, JOVEM E CRIANÇA DE TER ACESSO A UM LAR E A UMA COMUNIDADE SEGUROS PARA VIVER EM PAZ, COM DIGNIDADE E SAÚDE FÍSICA.



Remoção forçada:

É a remoção contra a vontade das pessoas em casas ou terras sem que haja provisão ou garantia do acesso ao devido processo ou amparo legal.

Independente da causa, as remoções podem ser consideradas uma grave violação dos direitos humanos e uma violação direta ao direito à moradia.

Se você está sendo vítima de uma remoção forçada, é possível solicitar ao estado a proteção da posse.

A defensoria pública se apresenta como instrumento de defesa da moradia.

Ligue 129


moradia
é um
DIREITO
humano

ALUGUEL SOCIAL:

- BENEFÍCIO ASSISTENCIAL TEMPORÁRIO QUE ATENDE NECESSIDADES RESULTANTES DA REMOÇÃO DE FAMÍLIAS EM ÁREAS DE RISCO.
- CONCEDIDO POR 12 MESES, COM VALOR DE ATÉ R$ 500,00. NÃO SENDO POSSÍVEL A SUA ACUMULAÇÃO COM BENEFÍCIO SIMILAR.

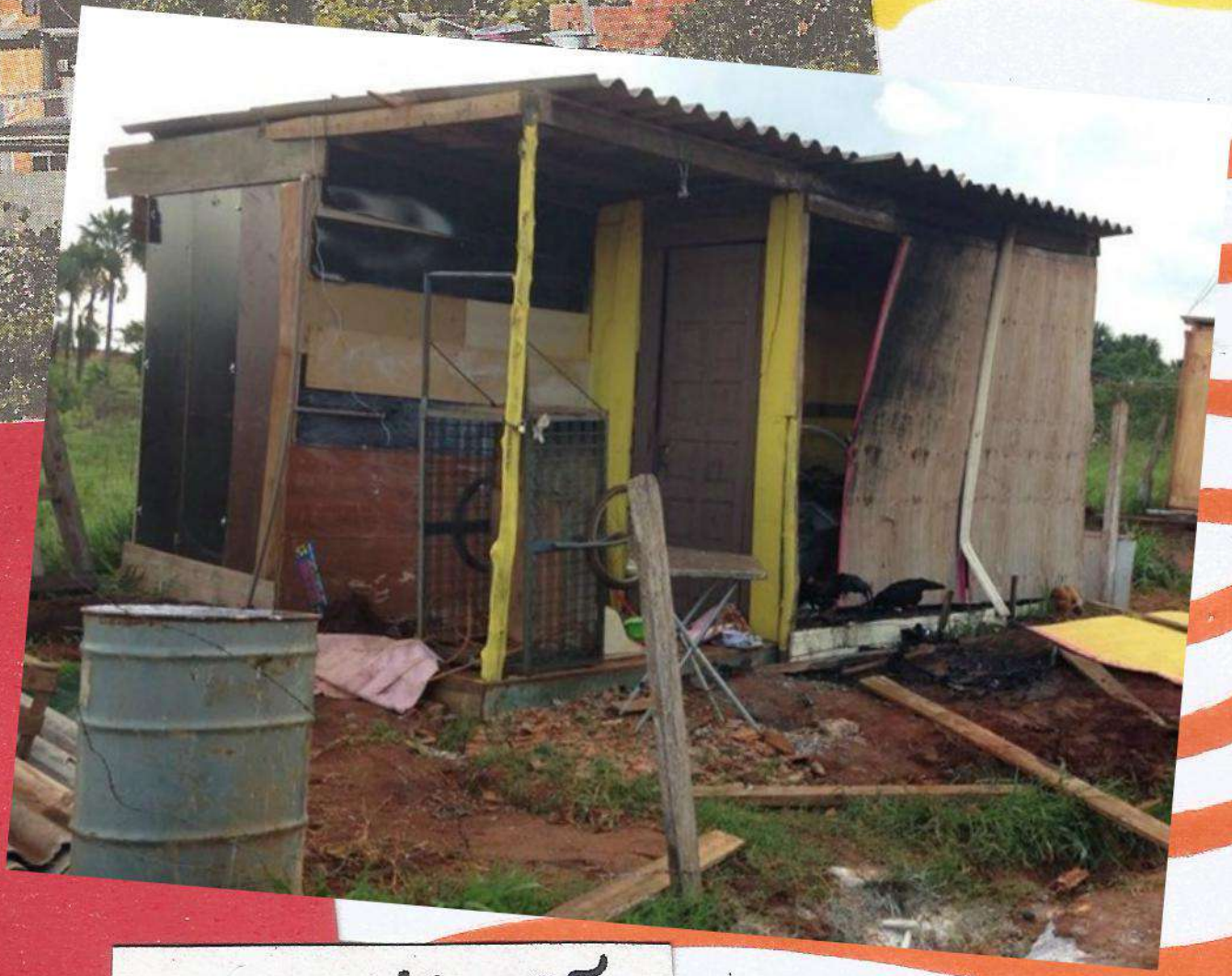
(LEI nº 8.742 decreto 6307/2007)

PARA REQUERER O BENEFÍCIO, É PRECISO AGENDAR ATENDIMENTO NO NÚCLEO DA DEFENSORIA PÚBLICA ATRAVÉS DA CRC, PELO TELEFONE.

ligue 129



A DESIGUALDADE NOS FAZ ESQUECER QUE TODOS TEM O DIREITO DE VIVER COM DIGNIDADE.



A CONSTITUIÇÃO NÃO É CONTO DE FADAS.

INSTITUTO FEDERAL
Fluminense
Campus
Macaé

Fanzinoteca
IFF Macaé

FANEDIÇÃO AUTORAL: KAROLLYNE FERNANDES CASTRO



CRC
Central de Relacionamento com o Cidadão

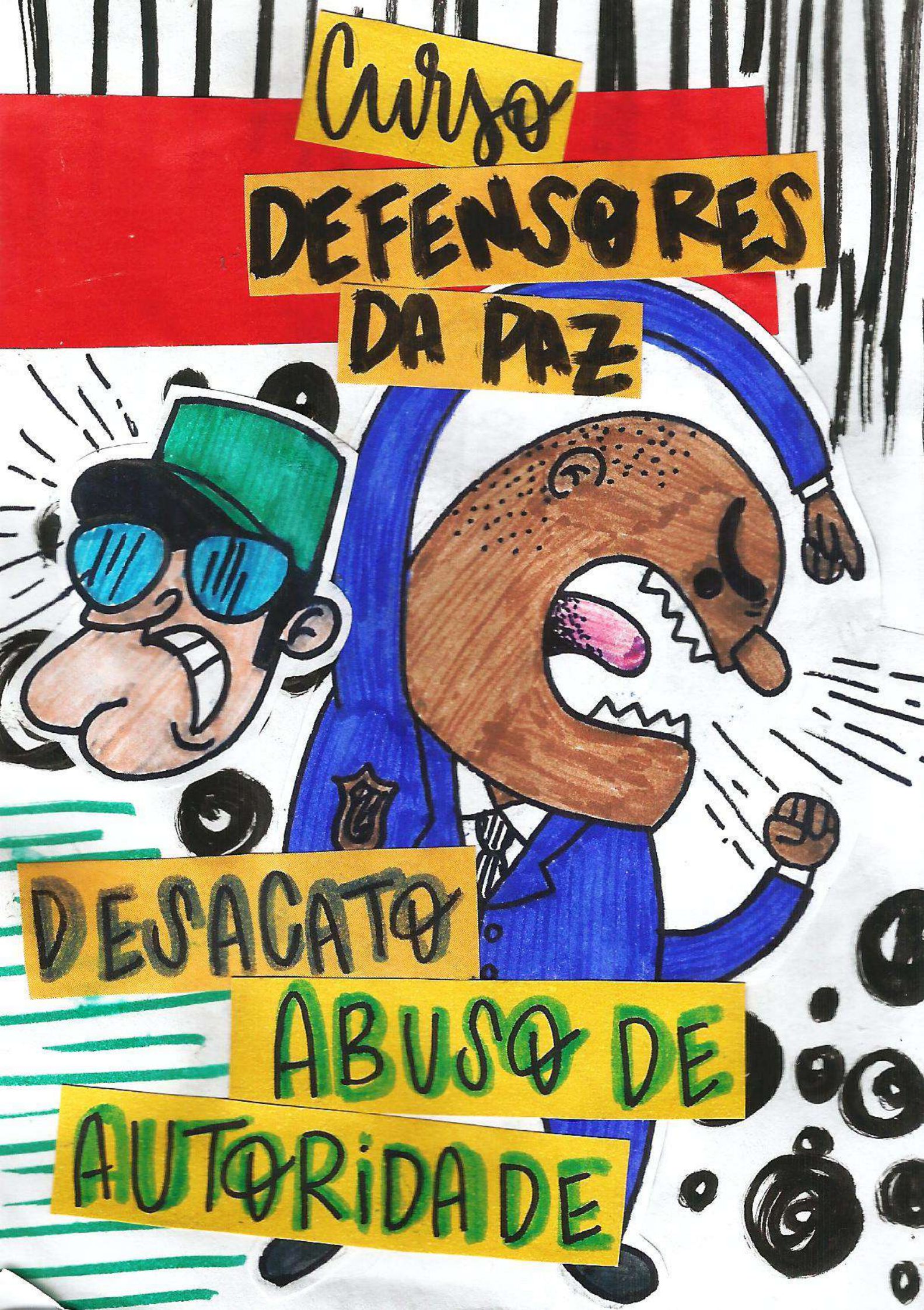
129 ou acesse:
http://www.defesoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line

OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

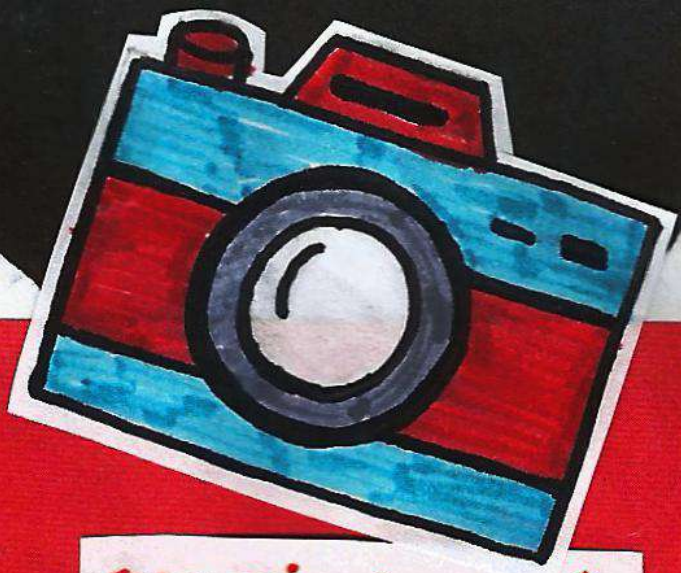
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CEJUR
Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública - RJ

Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro


Curso
DEFENSORES
DA PAZ
DESACATO
ABUSO DE
AUTORIDADE

QUALQUER MORADOR TEM O DIREITO DE FILMAR E FOTOGRAFAR AS AÇÕES POLICIAIS, DESDE QUE NÃO ATRAPALHE A ATUAÇÃO DOS AGENTES, NEM COMPROMETA A SEGURANÇA DOS MESMOS.



IMPEDIR QUE VOCÊ FILME A ABORDAGEM É CRIME DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL (COD. PENAL, ART 146)

→ A POLÍCIA NÃO PODE MEXER NO SEU CELULAR SEM AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO DE UM JUIZ.

→ VOCÊ NÃO PODE SER LEVADO PARA A DELEGACIA APENAS POR NÃO ESTAR COM SUA IDENTIDADE.

ART 5º, INCISO LXIII:

"O PRESO SERÁ INFORMADO DE SEUS DIREITOS ENTRE OS QUAIS O DE PERMECER CALADO, SENDO-LHE ASSEGURADA ASSISTÊNCIA DA FAMÍLIA E DE ADVOGADO."

BUSCA DOMICILIAR:

É PROIBIDA A ENTRADA DA POLÍCIA EM UMA RESIDÊNCIA SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO MORADOR OU SEM MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO ASSINADO POR UM JUIZ, COM O ENDEREÇO A SER VISTORIADO E O MOTIVO.

NADA DE MANDADO COLETIVO:

O MANDADO COLETIVO É ILEGAL, CADA MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO SÓ PODE VER DIRIGIDO A UMA ÚNICA CASA.



(CONSTITUIÇÃO, ART. 5º, XI)

ABORDAGEM POLICIAL:

TAMBÉM CHAMADA DE BUSCA PESSOAL, A ABORDAGEM DEVE SEGUIR O PROPÓSITO DEFINIDO EM LEI (PREVENÇÃO OU INVESTIGAÇÃO), COM USO DE FORÇA ESTRITAMENTE NECESSÁRIA (ART 2º DA LEI 13.060/14)

→ CONFIGURA CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE, A APLICAÇÃO EXCESSIVA OU DESNECESSÁRIA DA FORÇA.



→ AGENTES NÃO PODEM AMEAÇAR, XINGAR NEM AGREDIR DURANTE ABORDAGEM.

→ USO DE ALGEMA SÓ PODE OCORRER MEDIANTE RESISTENCIA OU QUANDO HÁ FUNDADO RECEIO DE QUE O AGENTE TENTARÁ FUGIR, E QUANDO A VIDA DO TERCEIRO ESTIVER AMEAÇADA.

→ MULHERES, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS TEM DIREITO A EXIGIR QUE A REVISTA SEJA REALIZADA POR UMA AGENTE FEMININA.

DESACATO:

ART. 331 COD. PENAL: DESACATAR FUNCINÁRIO PÚBLICO NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO OU EM RAZÃO DELA.

O QUE CARACTERIZA?

- O DESRESPEITO OU A OFENSA A QUEM ESTÁ NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO.
- NA PRESENÇA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO OU NO LOCAL ONDE ELE ESTÁ E POSSA OUVIR.
- A MERA CRÍTICA OU CENSURA, DESDE QUE NÃO SEJAM INJURIOSAS, DIFAMATÓRIAS OU CALUNIOSAS, AINDA QUE VEEMENTES NÃO CONSTITUEM DESACATO.

RESISTÊNCIA: SE OPOR À EXECUÇÃO DE ATO LEGAL, MEDIANTE VIOLÊNCIA OU AMEAÇA A FUNCIONÁRIO COMPETENTE PARA EXECUTÁ-LO OU A QUEM LHE ESTEJA PRESTANDO AUXÍLIO. (CP, ART. 329)



DESOBEDIÊNCIA: DESOBEDECER ORDEM LEGAL DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO. (ART. 330)



ABUSO DE AUTORIDADE:

OS ATOS QUE CONSTITUEM O ABUSO DE AUTORIDADE ESTÃO PRESENTES E DESCRITOS NA LEI 4.898/65, ART. 3º, ART. 4º.

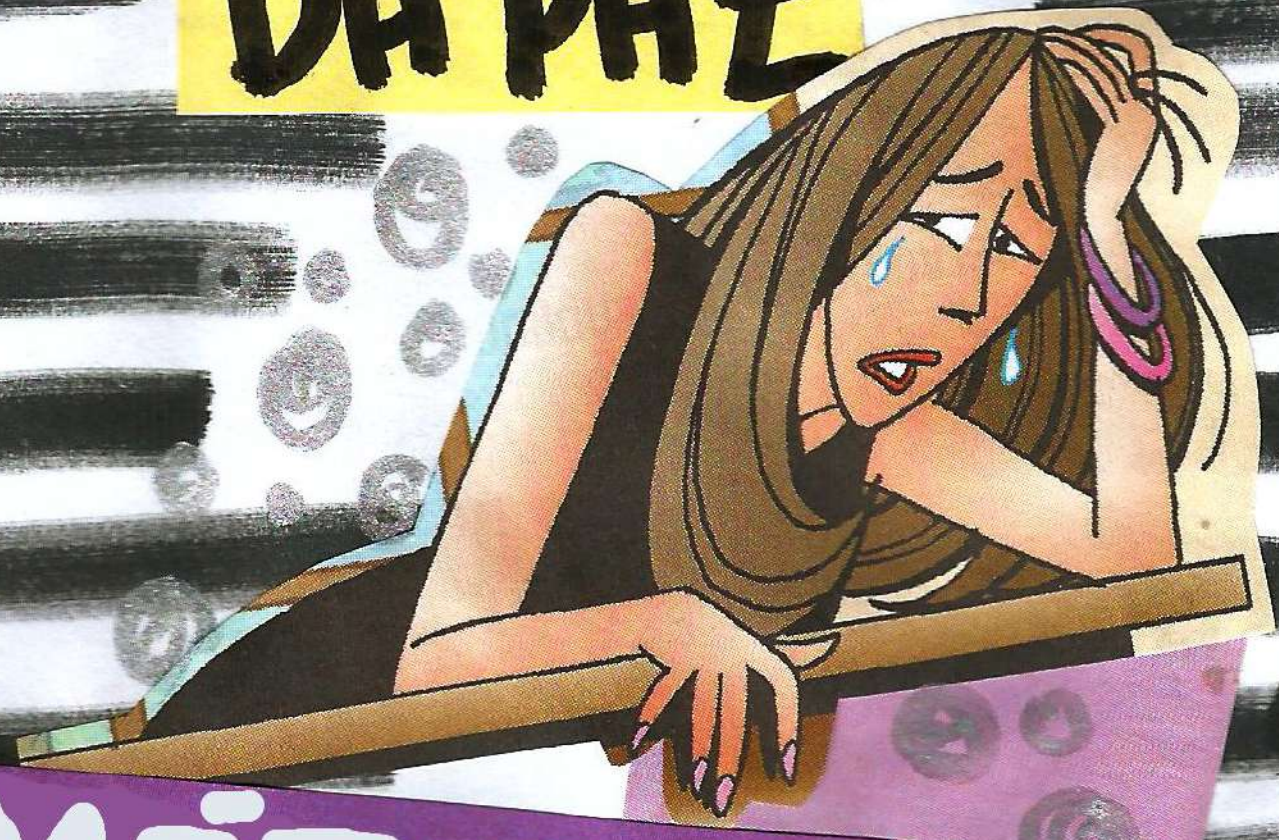
REÚNA O MÁXIMO DE PROVAS E PROCURE A DEFENSORIA PÚBLICA




NÃO SE CALE
TRATAMENTO COM RESPEITO E DIGNIDADE É DIREITO DE TODOS!

Curso

DEFENSORES DA PAZ



MÉTODOS EXTRAJUDICIAIS

O QUE É CONFLITO?

PODE SER DEFINIDO COMO DIVERGÊNCIA ENTRE DUAS OU MAIS PESSOAS, DISCORDÂNCIA DE IDÉIAS E OPNIÕES.

É ALGO POSITIVO OU NEGATIVO?

GERALMENTE ASSOCIAMOS UMA IDÉIA NEGATIVA AO CONFLITO, PORÉM NEM SEMPRE É VERDADE, O RESULTADO VAI DEPENDER DA FORMA COMO SE LIDA COM O CONFLITO.

SOLUÇÕES DE CONFLITOS:



NEGOCIAÇÃO: OS PRÓPIOS ENVOLVIDOS RESOLVEM OS CONFLITOS SOZINHOS.

CONCILIAÇÃO: AS PARTES DECIDEM O CONFLITO COM AJUDA E SUGESTÕES DE UM CONCILIADOR, QUE PODE DAR ORIENTAÇÃO JURÍDICA PARA AS PARTES.

MEDIAÇÃO: AS PARTES ENVOLVIDAS DECIDEM O CONFLITO COM AJUDA DE UM MEDIADOR QUE FACILITARA O DIALOGO MAS NÃO OFERECE SUJESTÕES NEM PODE DAR ORIENTAÇÃO JURÍDICA.

Conciliação = mediação



VANTAGENS:

- RESOLUÇÃO DO CONFLITO DE FORMA MAIS RÁPIDA.
- MENOS GASTOS COM ADVOGADOS.
- SATISFAÇÃO MÚTUA, MENOS DESGASTE.

O bom diálogo pode interferir significativamente nos conflitos.

Mais importante que a fala, é a maneira que se fala. Ouvir o que o outro tem a dizer, livre de preconceitos e julgamentos.

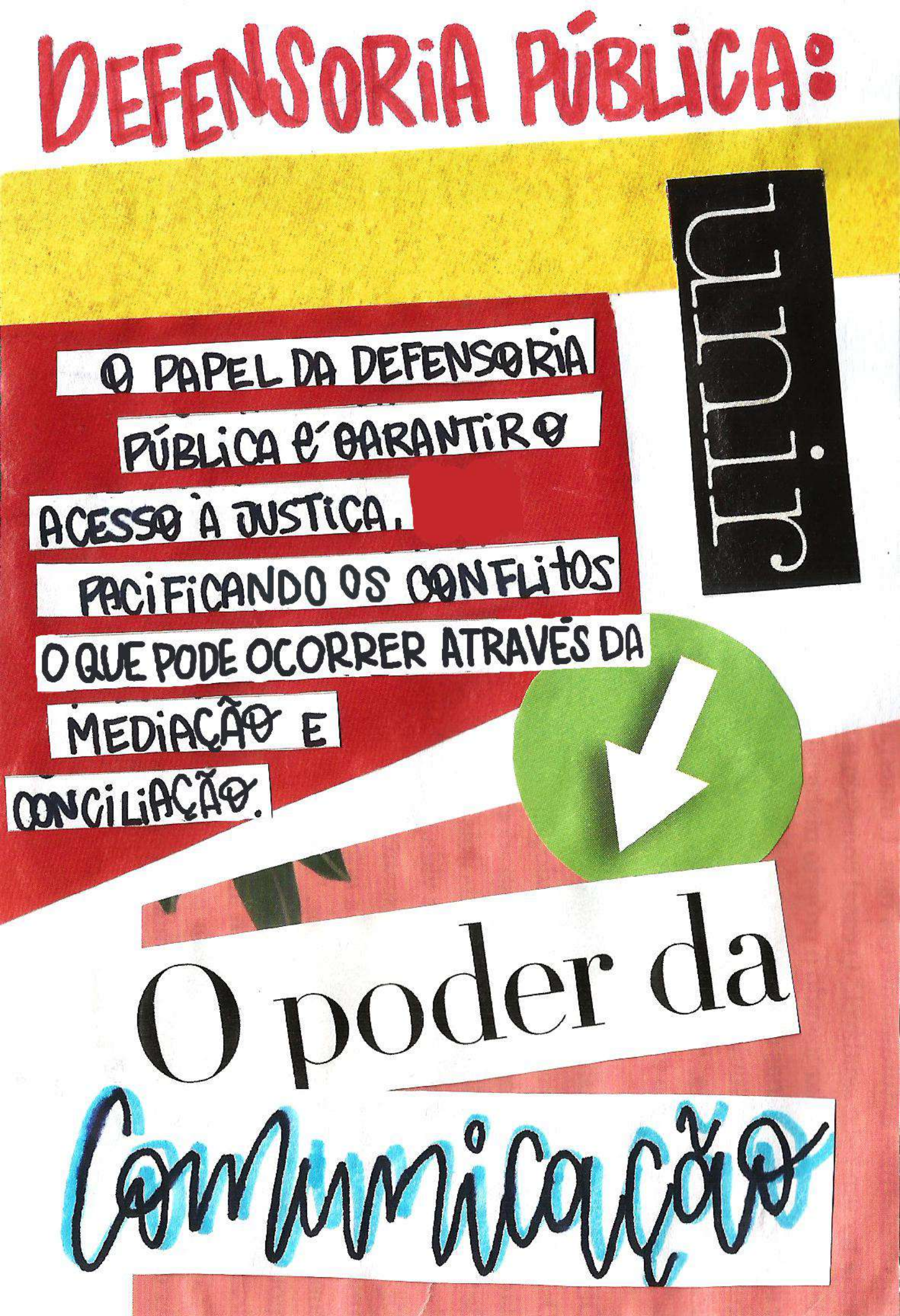
* COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA: comunicação que estabelece conexão e empatia entre as pessoas que as praticam.


COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA
RESOLUÇÃO
DIÁLOGO
CLAREZA
RECONHECER SENTIMENTOS
EMPATIA
CONFLITO

DEFENSORIA PÚBLICA:

jiuni

O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA É GARANTIR O ACESSO À JUSTIÇA, PACIFICANDO OS CONFLITOS O QUE PODE OCORRER ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO.



O poder da Comunicação

INSTITUTO FEDERAL
Fluminense
Campus
Macaé

Fanzinoteca
IFF Macaé

FANEDIÇÃO AUTORAL: KAROLLYNE FERNANDES CASTRO



CRC
Central de Relacionamento com o Cidadão

129 ou acesse:
http://www.defesoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line

OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CEJUR
Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública - RJ

Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Curso Defensores da Paz





Direito de Reunião e Locomoção & Associações

O QUE É?

DIREITO DE REUNIÃO: LIBERDADE OU DIREITO QUE AS PESSOAS TÊM DE SE REUNIR EM GRUPOS, MANIFESTAÇÕES OU QUALQUER OUTRA ORGANIZAÇÃO. (ART 5º, INCISO XVI)

DIREITO DE LOCOMOÇÃO: LIBERDADE INDIVIDUAL UNIVERSAL DEFINIDA COMO DIREITO DE IR, VIR, E PERMANECER SEM INTERFERÊNCIA DO ESTADO OU PARTICULARES. (ART 5º, XV)

INVIOLABILIDADE DE DOMICÍLIO: "A CASA É ASILO INVIOLÁVEL DO INDIVÍDUO, NINGUÉM PODENDO NELA ENTRAR SEM CONSENTIMENTO DO MORADOR, SALVO EM CASO DE FLAGRANTE DELITO OU DESASTRE, OU PARA PRESTAR SOCORRO, OU, DURANTE O DIA, POR ORDEM JUDICIAL." (ART 5º, XI)

O DIREITO DE REUNIÃO É IMPORTANTE PARA RROMOVER A DEMOCRACIA E O EXERCÍCIO COLETIVO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO.



LIMITES:

- ESTA REUNIÃO DEVE SER PACÍFICA! E SEM ARMAS! DEVE SER AVISADA PRÉVIA MENTE ÀS AUTORIDADES!
- RESTRIÇÕES AOS DISCURSOS DE ÓDIO, QUE SÃO ANTIDEMO CRÁTICOS!

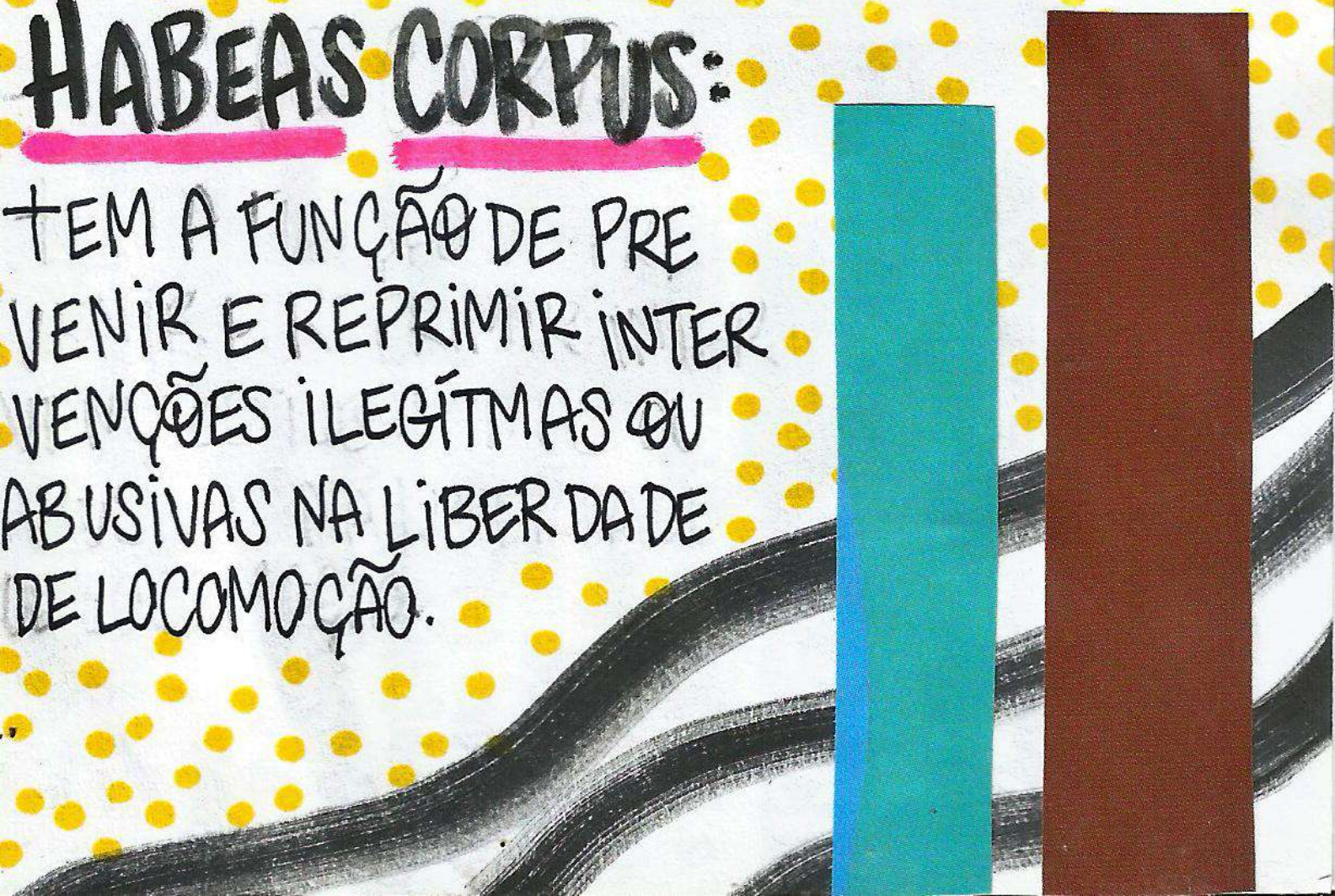


LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO:

A LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO NÃO É ABSOLUTA, PODENDO SER RESTRINGIDA POR MOTIVOS DE SAÚDE, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA.

HABEAS CORPUS:

TEM A FUNÇÃO DE PREVENIR E REPRIMIR INTERVENÇÕES ILEGÍTIMAS OU ABUSIVAS NA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO.



INVIOLABILIDADE:

TELEFONE É INVIOLÁVEL?

SIM! SUA VIOLAÇÃO SÓ PODE OCORRER COM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, OU COM SUA PERMISSÃO.

O AGENTE NÃO PODE TE OBRIGAR A MOSTRAR O MATERIAL REGISTRADO, NEM APAGAR!



CARRO É INVIOLÁVEL?

NÃO, AS BUSCAS EM VEÍCULOS NÃO DEPENDEM DE MANDADO, BASTA A SUSPEITA. MAS O DONO DO VEÍCULO OU QUEM ESTÁ DIRIGINDO DEVE ESTAR PRESENTE NA REVISTA. E O MOTIVO DA ABORDAGEM DEVE SER ESCLARECIDO PELO AGENTE.

ASSOCIAÇÕES:

ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS QUE NÃO DISTRIBUEM EXCEDENTES E DIVIDENDOS.

DIFERENTES ASSOCIAÇÕES POSSUEM CARACTERISTICAS BASICAS EM COMUM:

- REUNIÃO DE PESSOAS COM MESMO OBJETIVO.
- PATRIMÔNIO CONSTITUÍDO POR CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS, DOAÇÕES, ETC.
- ASSOCIADOS TOMAM DECISÕES LIVREMENTE.
- SEREM ENTIDADES DO DIREITO PRIVADO E NÃO PÚBLICO.

Juntos somos + FORTES!

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES:

TEM COMO FUNÇÃO LEVAR AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS AS NECESSIDADES DE MELHORIAS SUGERIDAS PELOS MORADORES DA REGIÃO.

A ASSOCIAÇÃO AINDA PODE IMPULSIONAR E ORGANIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS NO BAIRRO. A ASSOCIAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA GERAR SOCIALIZAÇÃO E DAR VISIBILIDADE AO COMÉRCIO E SERVIÇOS DA REGIÃO!

INSTITUTO FEDERAL
Fluminense
Campus
Macaé

Fanzinoteca
IFF Macaé

FANEDIÇÃO AUTORAL: KAROLLYNE FERNANDES CASTRO



CRC
Central de Relacionamento com o Cidadão

129 ou acesse:
http://www.defesoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line

OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CEJUR
Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública - RJ

Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro